

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E  
DESENVOLVIMENTO**

**Flavia Maria Morais Lazzaretti**

**AS ECONOMIAS POLÍTICAS NACIONAIS VIVENCIADAS POR  
GEORG FRIEDRICH LIST**

Santa Maria, RS  
2016

**Flavia Maria Morais Lazzaretti**

**AS ECONOMIAS POLÍTICAS NACIONAIS VIVENCIADAS POR  
GEORG FRIEDRICH LIST**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Economia e Desenvolvimento**.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Eduardo Rohenkohl

Santa Maria, RS.  
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Morais Lazzaretti, Flavia Maria  
AS ECONOMIAS POLÍTICAS NACIONAIS VIVENCIADAS POR  
GEORG FRIEDRICH LIST / Flavia Maria Morais Lazzaretti.-  
2016.  
80 p.; 30cm

Orientador: Júlio Eduardo Rohenkohl  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, RS, 2016

1. 2 AS TRAJETÓRIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO 2. A  
NAÇÃO NO PENSAMENTO DE GEORG FRIEDRICH LIST 3. AS FORÇAS  
PRODUTIVAS E O ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO  
I. Rohenkohl , Júlio Eduardo II. Título.

---

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Flavia Maria Morais Lazzaretti. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Riachuelo 330, Centro, Santa Maria, RS. CEP:97050-011

Fone: 0(XX)55 9154 5432; E mail: flaviamlazzaretti@gmail.com

Flavia Maria Morais Lazzaretti

**AS ECONOMIAS POLÍTICAS NACIONAIS VIVENCIADAS  
POR GEORG FRIEDRICH LIST**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Economia e Desenvolvimento**.

Aprovado em 18 de julho de 2016:

  
Júlio Eduardo Rohenkohl (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

  
Gilberto de Oliveira Veloso (UFSM)

  
Hélio Afonso de Aguiar Filho (UFRGS)

Santa Maria, RS.  
2016

## **DEDICATÓRIA**

*A minha família, meu pai Ernesto e minha irmã Glaucia. Dedico minha mãe Ivone Morais Lazaretti (in memoriam) apesar do pouco que conviveu comigo e sempre mencionava “estude que somente assim terá um futuro digno”, passado esses dezesseis anos de separação nunca esquecerei essas palavras, pois me incentivaram a chegar até aqui.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para chegar até aqui. Agradeço a meu pai, Ernesto Lazzaretti, por todo incentivo e compreensão desde o dia que decidi seguir a área acadêmica, meu pai é minha inspiração, minha referência em bondade e caráter. Agradeço a minha irmã, Glaucia Morais Lazzaretti por me ouvir e ser uma pessoa muito sábia em seus conselhos. Obrigada por sempre estar perto.

Agradeço ao meu orientador Júlio Eduardo Rohenkohl, por toda dedicação e compreensão que teve desde o início desse trabalho. Agradeço ao professor Júlio, não somente por ter me inspirado e me ajudado a cada detalhe desse trabalho, mas como ser humano, nunca vi uma pessoa tão preocupada comigo, no qual me ajudou a diminuir minha ansiedade, mostrando que eu tinha uma capacidade e força que eu não sabia que tinha. Não foi só orientador, mais um amigo para a vida toda.

Para alcançar o objetivo de concluir o mestrado, muitos amigos contribuíram e não teria como citar a todos. Queria agradecer à professora Solange Regina Marin, pelos ensinamentos, pelos conselhos, pelos “puxões de orelhas”, com certeza me ajudaram a amadurecer muito nesse período que permaneci aqui PPGE&D. Queria agradecer meus amigos e colegas de todas as horas, Angélica Schneider, Viviane Schneider, Letícia Fonseca, Jaqueline Moraes, Carine Vieira, William Barbosa, Sheila Rotta, Ana Carolina Moura e Maríndia Brites. Obrigada pela amizade e por adorarem o List mesmo conhecendo pouco a respeito dele.

## RESUMO

### AS ECONOMIAS POLÍTICAS NACIONAIS VIVENCIADAS POR GEORG FRIEDRICH LIST

AUTORA: FLAVIA MARIA MORAIS LAZZARETTI  
ORIENTADOR: JÚLIO EDUARDO ROHENKOHL

A presente dissertação - por meio de pesquisa fundamentada na leitura das principais obras de Georg Friedrich List, *Esboço da Economia Política Americana e Sistema Nacional de Economia Política*, e em contribuições recentes de historiadores econômicos - tem como objetivo principal descrever a trajetória de desenvolvimento de Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América do século XVIII a meados do século XIX. Para alcançar este objetivo foi efetuada uma comparação entre as descrições e interpretações dos diferentes autores. Verificou-se uma significativa similaridade entre os conteúdos apresentados por List (1983; 2009) e as interpretações dos demais historiadores econômicos quanto à evolução das forças produtivas nacionais. Os complementos aos relatos de List dão conta de que: *a*) a Inglaterra era fonte de transbordamento de conhecimentos produtivos e capital para as nações mais atrasadas; *b*) a proteção tarifária não era tão importante para o desenvolvimento nacional como supunha List (1983); e *c*) os trabalhos de Tilly (1978) e Philip (1980) proporcionam informações objetivas que permitem precisar que a agricultura alemã teve a sua produção condicionada a normativas feudais da Idade Média até a metade do século XIX. Dentre os principais aspectos das economias nacionais vivenciadas por List estão a nação e as forças produtivas, interligando os setores agrícola, industrial e comercial. List (1983) enfatiza a nação como elemento intermediário entre a economia individual e a economia da humanidade. As forças produtivas no pensamento de List não dependem somente do capital e do trabalho, mas também do capital mental.

**Palavras-chaves:** List, nação, forças produtivas.

## **ABSTRACT**

### **THE NATIONAL POLITICAL ECONOMIES EXPERIENCED BY GEORG FRIEDRICH LIST**

**AUTHOR: FLAVIA MARIA MORAIS LAZZARETTI  
ADVISOR: JÚLIO EDUARDO ROHENKOHL**

This dissertation - through research based on the reading of the major works of Georg Friedrich List, *Economy American Policy Outline* and *National Economic Policy System*, and recent contributions of economic historians - has as the main objective to describe the development path of England, Germany and the United States of America from the eighteenth century to the mid-nineteenth century. To achieve this goal was made a comparison between the descriptions and interpretations of different authors. There was a significant similarity between the content presented by List (1983; 2009) and the interpretations of other economic historians regarding the development of national productive forces. The additions to List's reports realize that: a) England was the overflowing source of productive knowledge and capital to the most backward nations; b) tariff protection was not as important to national development as was supposed by List (1983); and c) Tilly's (1978) and Philip's (1980) works provide objective information that allows to specify that German agriculture had its production conditioned by feudal norms from the Middle Ages to the mid-nineteenth century. Among the main aspects of national economies experienced by List are the nation and the productive forces, linking the agricultural, industrial and commercial sectors. List (1983) emphasizes the nation as an intermediary element between the individual economy and the economy of mankind. The productive forces in List's thought do not depend only on capital and labor, but also in mental capital.

**Keywords:** List, nation, productive forces

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa tarifária dos produtos manufaturados <sup>1</sup> (em porcentagem de valor) <sup>2</sup> . .....	42
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Desenvolvimento das Forças Produtivas da Inglaterra, no período de 1750 a 1900 .....	33
Quadro 2: Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento da Inglaterra .....	34
Quadro 3: O desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha.....	45
Quadro 4: Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento da Alemanha.....	45
Quadro 5: O desenvolvimento das forças produtivas dos Estados Unidos .....	55
Quadro 6: Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento dos Estados Unidos da América.....	56

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 AS TRAJETÓRIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>16</b>
2.1 INTRODUÇÃO.....	16
2.2 A INGLATERRA.....	20
2.2.1 Síntese da trajetória de desenvolvimento da Inglaterra .....	31
2.3 A ALEMANHA .....	34
2.3.1 Síntese da trajetória de desenvolvimento da Alemanha .....	44
2.4 OS ESTADOS UNIDOS .....	46
2.4.1 Síntese do desenvolvimento dos Estados Unidos.....	54
2.5 CONCLUSÕES A RESPEITO DAS TRAJETÓRIAS DE NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	56
<b>3 A NAÇÃO NO PENSAMENTO DE GEORG FRIEDRICH LIST.....</b>	<b>58</b>
3.1 INTRODUÇÃO.....	58
3.2 A ECONOMIA NACIONAL: UMA PROPOSTA DE MEDIAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE ECONOMIA INDIVIDUAL E HUMANITÁRIA .....	60
3.3 AS FORÇAS PRODUTIVAS E O ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO.....	67
3.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO .....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>
APÊNDICE A - EUROPA 1789 - REINO DA PRÚSSIA .....	80
APÊNDICE B – EUROPA 1840 – CONFEDERAÇÃO GERMÂNICA .....	81

## INTRODUÇÃO

Georg Friedrich List nasceu em 1789, em *Wurtemberg*, na Alemanha e, em 1817, ingressou muito jovem na administração pública na localidade de *Wagenheim*. Em 30 de novembro de 1846, aparentemente por suicídio, morre em *Kufstein*, Alemanha. Sua obra e vida se integraram em propostas revolucionárias na forma de ação contínua em diferentes setores e países. A magnitude da vida de List pode ser dimensionada nos estudos, nos empreendimentos e na política, como agitador, jornalista, homem de negócios, teórico em diferentes continentes (BUARQUE, 1979, p.VII).

Em uma perspectiva em muitos aspectos contrária ao sistema liberal tradicional, List (1983) discutia medidas para o desenvolvimento de algumas nações atrasadas mediante a harmonia no desenvolvimento da indústria, agricultura, comércio e demais serviços, assim como do poder político e riqueza da nação. Nesse aspecto, ocorre por parte do autor uma análise crítica a alguns economistas clássicos, como Smith, Ricardo e Say, que não atribuíram atenção à ciência, à tecnologia e às aptidões no crescimento das nações, ao fomento da indústria, da agricultura e do comércio. List difere dos economistas clássicos por trazer uma perspectiva econômica estrutural das nações, associada ao um contexto mais amplo da realidade social - global, que se baseava em uma configuração histórica e espacial. Entre suas contribuições está a centralidade da Nação, como unidade de análise e de *locus* do processo de desenvolvimento, e o conceito de forças produtivas, as quais derivam das forças físicas e mentais das pessoas; das condições e instituições sociais, políticas e locais; dos produtos materiais, de atividades intelectuais e corporais anteriores, do capital físico, agrícola, industrial e comercial.

A marca de sua obra “*Sistema Nacional de Economia Política*” é constatada pela profundidade e pela ousadia da crítica que procede sobre os distinguidos teóricos clássicos, Smith, Say e Ricardo, pela oportunidade da crítica e determinação de contradições fundamentais entre a teoria e a realidade, e, sobretudo, a transparência de seu pensamento na formação dos economistas e das economias das nações (BUARQUE, 1979, p. VII). Seus escritos tiveram grande influência entre as nações que se industrializaram a partir do século XIX. Para List (1983), o sistema de livre comércio não passava de um Cavalo de Tróia para desnortear as outras nações em benefício da Inglaterra.

Cabe ressaltar que o próprio List defendia que sua obra não se identificava com um cosmopolitismo incompreensível, mas com a natureza das coisas, as lições da história, e as exigências das nações. O sistema proposto pelo autor oferecia uma harmonia da teoria com a

prática, tornando a Economia Política mais acessível para indivíduos, cuja inteligência era confundida e desnordeada pelos termos retóricos empregados, das contradições e da terminologia da abordagem cosmopolita da economia clássica de Smith e Say. Para List (1983), a abordagem cosmopolita dos autores clássicos - aquela que analisa uma economia mundial aberta e com especialização das produções nacionais segundo vantagens comparativas produtivas e a despeito das diferenças de desenvolvimento entre as nações -, se origina da suposição de que todas as nações da terra formam uma única sociedade igualitária, enquanto a Economia Política relevante é a doutrina de como determinada nação, na situação atual do mundo e nas suas próprias relações nacionais específicas, pode manter e melhorar suas condições econômicas.

As obras de List, *Esboço da Economia Política Americana* e *Sistema Nacional de Economia Política*, se originaram a partir de uma solicitação de Charles Jared Ingersoll<sup>2</sup>, Vice-Presidente da “Sociedade da Filadélfia para a Promoção da Indústria Nacional”, que encomendou a List a elaboração de um documento de defesa do protecionismo industrial a ser apresentado na Convenção Nacional dos Protecionistas. Esta encomenda originou, inicialmente, suas “doze cartas” publicadas no jornal *National Gazette* da cidade da Filadélfia, um dos mais importantes jornais do país à época. Estas cartas foram a base do que List chamou de “seu sistema”, publicado posteriormente como um livro sob o título de *Outlines of American Political Economy* (*Esboço da Economia Política Americana*) em 1827. Em seu conteúdo está a essência de seu pensamento e de sua principal obra de 1841, *o Sistema Nacional de Economia Política* (PADULA, 2007, p. 163).

Na parcela teórica dos cursos de economia brasileiros, costuma haver pouca divulgação das ideias de Georg Friedrich List. Os seus argumentos divergem do corpo teórico do *mainstream*, e não participam do programa básico. O autor é referenciado, no Brasil, em disciplinas de História do Pensamento Econômico em meio a diversos outros autores, o que constitui pequena parcela dos currículos de graduação<sup>3</sup>.

O pouco destaque e a escassez de tempo alocada ao entendimento das proposições deste autor é fato preocupante na medida em que ele influenciou produção econômica

---

<sup>2</sup> Charles Jared Ingersoll foi renomeado jurista e estadista de Filadélfia, um dos fundadores da União Americana, foi membro do Congresso Federal, procurador do distrito federal na Pensilvânia e responsável pela publicação das cartas de List.

<sup>3</sup> De acordo com a resolução CNE/CES 4/2007, o curso de graduação em Ciências Econômicas necessita atribuir ao menos 10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Histórica, a qual engloba a história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea. De forma que o estudo de List, quando ocorre, é diluído entre inúmeros outros conteúdos.

relevante da CEPAL (BUARQUE, 1979; FONSECA, 2000; COSTA, 2012). Mais recentemente, respeitados e produtivos autores como Freeman (2004), ligado aos Sistemas Nacionais de Inovação, e como Chang (2004), dedicado ao estudo comparativo do desenvolvimento das nações, inspiraram-se nos trabalhos de List. Dada a sua contemporaneidade, é relevante apresentar e discutir as suas principais contribuições. A divulgação superficial de suas ideias dificulta que os novos economistas brasileiros adquiram uma avaliação mais profunda das proposições cepalinas, bem como a compreensão de proposições novas feitas por autores atuais e alicerçadas em List. Torna-se importante recuperar as ideias centrais da obra deste autor no contexto econômico e político da época que ele produziu e das nações às quais dirigiu sua atenção.

No entanto, a apreensão dos argumentos centrais de List em suas obras não é fácil. O método de seu trabalho mesclava informações históricas com observações diretas das nações em que viveu, combinadas entre si e apresentadas de uma forma pouco linear. Além disto, List (1983, 2009) recorrentemente transita da descrição para a análise comparativa entre nações e desta para a prescrição de políticas de desenvolvimento sem sistematização da apresentação.

As edições originais das duas obras centrais de List datam da primeira metade do século XIX. Boa parte dos seus argumentos diz respeito ao grau de desenvolvimento de nações à sua época. Isto significa que ele estava temporalmente próximo aos movimentos econômicos nacionais mais importantes de seus escritos, e que observou e descreveu-os sem a objetividade de estimativas numéricas e antes que seus efeitos no tempo pudessem se completar. É esperado que a garimpagem e o acúmulo de registros com o passar do tempo permita descrições mais acuradas.

Por outro lado, há diversos fatos econômicos e políticos que na perspectiva de época de List eram triviais, de domínio público, dispensavam maior discriminação. Passados mais de cento e cinquenta anos, seu conhecimento dissipou-se e tornaram-se nebulosos aos olhos de leitores jovens.

Da produção da obra de List à contemporaneidade, os estudiosos de história econômica coletaram novas informações sobre a indústria, a agricultura e o comércio das nações para o início do século XIX e períodos adjacentes. Novas informações organizadas com um distanciamento maior aos eventos, de modo a observá-los após a repercussão total de seus efeitos, trazem a oportunidade de rever as trajetórias de desenvolvimento nacionais e descrevê-las com maior robustez e serenidade. Enriquecer a descrição das trajetórias de desenvolvimento com novas informações e olhares modernos renova a comunicação e,

acredita-se, que contribui para o reestudo deste economista na medida em que é facilitada a apreensão de suas ideias.

O problema de pesquisa é o seguinte: Qual a trajetória de desenvolvimento de Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América entre o início do século XVIII a metade do século XIX?

O objetivo geral do trabalho consiste em descrever a trajetória de desenvolvimento de Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América, acrescentando aos relatos de List (1983, 2009) as descrições de autores contemporâneos que se debruçaram sobre a história dessas nações a fim de obter um quadro mais completo dessas economias nacionais do que o originalmente apresentado por List.

Os objetivos complementares são:

a) Apresentar um aspecto central da obra de List, a economia nacional e sua oposição à economia individual e das humanidades.

b) Conceituar as forças produtivas em consonância com as trajetórias de desenvolvimento identificadas pelo autor.

A dissertação conta, além desta introdução, com mais dois capítulos. O primeiro capítulo visa uma descrição histórica para três nações muito importantes na obra econômica de List e em sua atuação empresarial e política: a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha. O seguinte capítulo destina-se em apresentar o conceito de nacionalidade esquecido por alguns autores da literatura clássica, e os conceitos de forças produtivas e capital mental; os três em conjunto compõe o que List denominou a Teoria das Forças de Produção (LIST, 1983, p. 36). A seguir, são apresentadas as considerações finais.

## 2 AS TRAJETÓRIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

### 2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória de desenvolvimento de Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha do século XVIII a meados do século XIX. Para isso, serão explanadas as percepções de List a respeito das três nações, além de adicionados relatos de outros historiadores econômicos que abordaram as mesmas nações e período.

O método utilizado por List, conforme Pereira & Menezes (2008), é histórico. Porém, o próprio List afirma que além das experiências históricas, conduziu sua obra pela essência dos objetos de estudo, e também pelas exigências das nações, promovendo sinergia entre a teoria e a prática, para tornar a Economia Política mais compreensível aos leitores. “Esse livro da vida real, estudei-o com seriedade e diligência, comparando-o com os resultados dos meus estudos, experiência e reflexões anteriores” (LIST, 1983, p. 5). Percebe-se que o economista germânico combinava o resgate histórico com a observação da situação efetiva das nações em suas estadas em diferentes países da Europa e nos Estados Unidos.

Da perspectiva temporal atual, tanto o conteúdo vivido como o relatado historicamente estão combinados nas obras de List, e toda a sua produção é impregnada pelas preocupações e interpretações de época. Para Demo (2000, p. 16), quando a pesquisa é vinculada a uma abordagem histórica, ela é caracterizada por um processo que está de passagem, em transição ou inacabado e que admite sempre aperfeiçoamentos. As ciências sociais refletem profundamente o roteiro histórico prático que se vivencia através dos espaços e tempos. As respectivas práticas históricas condicionam o modo de fazer ciência. A maneira de avaliar a consistência de argumento e descrições, conforme DEMO (2010), é utilizando-se do instrumental metodológico denominado avaliação e convivência crítica. Este instrumento consiste na comparação entre descrições e interpretações de diferentes autores objetivando clarear o ocorrido e verificar a correção dos relatos. Esse tipo de pesquisa é orientada no sentido de reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, ideologias, polêmicas, conceitos e discussões pertinentes (Demo, 2000, p. 20).

Inicia-se a investigação com uma pesquisa de natureza teórica pela qual os argumentos originais de List a respeito do desenvolvimento da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos da América são recuperados e descritos em linguagem contemporânea. A seguir, sua apresentação é confrontada com os relatos sobre o desenvolvimento das mesmas nações

efetuados por outros historiadores e economistas. Tal resgate desembocará em uma descrição mais robusta sobre o curso e o estágio de desenvolvimento das nações. Para este trabalho de comparação e complementação descritiva, selecionaram-se partes das obras de outros autores de história econômica, especificamente Philip (1980), Hobsbawm (1961 e 1977), Tilly (1989) e Veiga (1991), Chang (2004) e Freeman (2008). A escolha dos autores ocorreu de três maneiras: primeiramente, os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977) e Tilly (1989) são conceituados historiadores econômicos e explicitam a conjuntura das nações aproximadamente no mesmo período sobre o qual List se debruçou; segundo, utilizou-se Veiga (1991) para auxiliar sobre a agricultura inglesa, especificamente; e finalmente Chang (2004) e Freeman (2004 e 2008) por serem autores contemporâneos que resgatam a argumentação de List.

Cada um destes autores persegue objetivos distintos uns dos outros em seus trabalhos. Comparar obras inteiras não faria sentido. Para compatibilizar as informações e organizar a descrição, delimitou-se o período histórico e o objeto de interesse. Foram selecionadas partes dos trabalhos que cobriam período e objeto correspondente a List (1983; 2009).

Para o período histórico discutido, buscou-se nos diversos autores informações sobre o desenvolvimento dos países em questão para o intervalo de cerca de um século analisado por List, entre o século XVIII e meados do século XIX. Alguns estudos cobrem parcialmente o período. Em algumas obras, inclusive de List, são referenciadas informações anteriores a este período: nestes casos, as mesmas foram incluídas apenas quando fundamentais para compreender os processos do período de interesse.

List (1983; 2009) argumenta reiteradas vezes que o poder e a riqueza de uma nação decorrem da concatenação harmônica entre os setores agricultura, indústria e comércio. O amálgama entre os setores é proporcionado pelo desenvolvimento intelectual das pessoas, pela rede de transportes e comunicação e pelas iniciativas governamentais. O desenvolvimento das forças produtivas seria percebido pela coordenação virtuosa entre os três setores. O objeto da comparação foi delimitado por uma noção operacional de desenvolvimento, especificada para este trabalho, ou seja, o desenvolvimento ocorre quando há aumento de produção e renda a partir da coordenação produtiva entre os setores econômicos agricultura, indústria e comércio. Como contrapartida desta noção de desenvolvimento, selecionaram-se as informações colhidas nos diferentes autores consultados por setor econômico – agricultura, indústria e comércio. A trajetória de desenvolvimento é a sequência de eventos aos quais é atribuída contribuição para os acréscimos de produção e renda nacional.

As principais obras de List são *Outlines of American Political Economy*, que teve a sua primeira edição publicada em 1827, nos Estados Unidos da América, e *Das Nationale System Der Politischen Ökonomie*, com primeira edição publicada em 1841, na Alemanha. Foram consultadas as obras: *Sistema Nacional de Economia Política*, traduzida para o português em 1983 e 1986, além da versão traduzida para o inglês *The National System of Political Economy*, publicada em 1846; e *Cartas da Economia Nacional Contra o Livre Comércio*, traduzidas para o português em 2009, a qual contém as cartas publicadas em *Outlines of American Political Economy*. Cabe ressaltar que as *Cartas da Economia Nacional Contra o Livre Comércio* estão subdivididas em: *Relatórios sobre as manufaturas* (Alexander Hamilton); *Esboço de Economia Política Americana* (Georg Friedrich List) e *Cartas em resposta ao London Times* (Henry Carey).

Em seu *Sistema Nacional de Economia Política*, List discute muitas trajetórias de desenvolvimento, esmiuçando políticas deliberadas e conflitos internacionais que afetaram diferentes nações ao longo do tempo. Este trabalho aborda principalmente seus relatos para três casos nacionais.

A seleção das nações abordadas, a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, justificam-se, primeiramente, porque List (1983; 2009) ao retratá-las, fê-lo com maior envolvimento e proximidade comparativamente às demais, combinando história com observação direta. Além disto, todas as três reuniam condições para o amplo desenvolvimento de riqueza e poder político; a Inglaterra, já um caso bem sucedido, e os Estados Unidos e a Alemanha, casos promissores, cuja realização do potencial dependeria do amálgama político-econômico nacional.

List estava muito próximo da realidade econômica e política destes países, podendo apreciar com precisão a sua evolução. A Inglaterra, por estar em um elevado desenvolvimento econômico, promovia ações que afetavam a vida de cidadãos em escala global. Residentes na Alemanha e nos Estados Unidos não eram indiferentes aos movimentos britânicos. Iniciativas produtivas e políticas em qualquer nação da época tinham que levar os interesses ingleses em conta.

No período de 1825 a 1832, List morou nos Estados Unidos e vivenciou<sup>4</sup> o progresso dessa nação. Para o autor, não havia lugar melhor que os Estados Unidos para se aprender acerca da natureza dos meios de transporte e seus efeitos sobre a vida mental e material. Após

---

<sup>4</sup> List não apenas observou como atuou como empresário, administrando investimentos em uma mina de carvão através do que era então uma revolução, o uso de uma linha férrea como meios de transporte. Sua linha de ferro ligando a mina ao porto foi inaugurada em 1831 (BUARQUE, 1970, p. XII).

o período que permaneceu no país, queria utilizar de seu aprendizado para ensinar como a política econômica poderia promover o bem estar, a cultura e o poder da Alemanha.

List (2009) afirmava que a relação que tinha com a Alemanha é como aquela das mães com as crianças aleijadas; quanto mais aleijadas elas são, mais elas lhe dedicam amor. Por ser alemão, tinha conhecimento da situação econômica e política deste território. Foi defensor do sistema de ferrovias na Alemanha e mentor da criação da União Aduaneira (*Zollverein*) que foi fundamental para a unificação política nacional.

O outro fator que justifica limitar o estudo aos três casos mencionados é que os demais casos descritos por List teriam ocorrido no passado (em sua perspectiva de época), e diferentemente de Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, já haveriam comprovado possuírem insuficiências para seu processo de desenvolvimento e consolidação como nações economicamente ricas e politicamente poderosas.

Primeiramente, a Itália, a Liga Hanseática e a Holanda tinham como semelhança a carência de uma unidade nacional e do poder que delas derivava. Eram cidades e poderes governamentais que não agiam como um corpo único. Cada uma destas comunidades foi sucessivamente aniquilada pelos conflitos políticos internos. Esses conflitos, tão destrutivos para a prosperidade nacional, eram estimulados e aumentados por forças estrangeiras e suas invasões. Segundo List (1983), essas nações necessitavam de uma unidade nacional, com uma estrutura política e uma expansão territorial unificada como elementos para prosperidade. Por outro lado, apesar das nações da Espanha e Portugal não serem cidades ou estados desmantelados como as citadas anteriormente, essas não apresentavam estratégias para o mercado interno, pois não visavam um progresso interno nos setores agrícola, industrial e comercial. O objetivo dos países ibéricos era explorar as riquezas das colônias para intercambiar por artigos de outras nações. Já a França era uma nação grande e poderosa, todavia sua estrutura política desestabilizou-a, pois possuía um governo autoritário que restringia o crescimento dos setores agrícola e industrial. E, finalmente, a Rússia; faltava-lhe civilização e instituições políticas para o progresso industrial, sobretudo o governo imperial teria que harmonizar as condições políticas do país com as exigências da indústria.

A Inglaterra diferente dos venezianos, hanseáticos e holandeses, possuía uma unidade nacional tornando-se líder na economia mundial. Tendo aprendido com os sucessos e insucessos dos hanseáticos, era o marco referencial para o desenvolvimento das demais nações. A Alemanha e os Estados Unidos tinham a oportunidade e estavam no caminho para possuir estrutura política adequada e um território unificado.

Além desta introdução, o capítulo conta com mais três seções. Cada seção apresenta a trajetória de desenvolvimento de uma nação segundo a percepção de List, seguida de relatos complementares de outros historiadores econômicos. A seguir, as similaridades e os apontamentos adicionais identificados serão sintetizados em quadros – resumo. Na primeira seção, apresenta-se a Inglaterra, na seguinte a Alemanha e, por fim, os Estados Unidos.

## 2.2 A INGLATERRA

A Inglaterra foi caracterizada por List como uma nação com elevado grau de desenvolvimento. No capítulo quatro de sua obra *The National System of Political Economy*, publicada em 1846, List discorre como foi esse processo de desenvolvimento econômico do país, mediante a articulação produtiva entre agricultura, indústria e comércio.

Cabe ressaltar que séculos antes da Inglaterra possuir tamanha riqueza ela era extremamente dependente do comércio estrangeiro. Os ingleses aprenderam a realizar o comércio seguindo o modelo da Liga Hanseática, uma aliança de cidades mercantis de cultura alemã entre os séculos XII e XVII. Para List (1983, p.15), da vida em comum levada pelos cidadãos de cidades associadas por uma liga, originou-se um espírito pelo progresso nas artes e na manufatura. Reforçadas pelo poder de liberdade e da indústria florescente, porém expostas aos ataques de piratas de terra e mar, as cidades marítimas do norte da Alemanha sentiram a necessidade de uma união mútua para sua proteção e defesa. Com esse objetivo, Hamburgo e Lübeck formaram uma liga que englobava as cidades do mar Báltico e nos mares no norte, totalizando oitenta e cinco cidades.

A Liga estabeleceu uma política comercial em um grau de prosperidade nunca alcançado. Os hanseáticos sabiam que a criação e a manutenção de um vasto comércio marítimo necessitavam de proteção. Para tanto, criaram uma poderosa esquadra naval e sancionaram uma lei pela qual os bens e produtos da Hansa só poderiam ser transportados por embarcações de bandeira hanseáticas e, ao mesmo tempo, fundaram grande número de postos de pesca. Apesar de tantos feitos, o comércio dessas cidades hanseáticas não era um comércio *nacional*, não era baseado na preponderância igual e no desenvolvimento perfeito dos poderes internos de produção, nem era sustentado por um poder político adequado. Os vínculos que mantinham unidos os membros da Liga Hanseática eram muito fracos, a disputa entre eles pelo poder tomava o lugar o patriotismo (LIST, 1983, p.16).

A Liga promoveu o comércio com distintas nações, produziu e comercializou vários produtos manufaturados com outras nações. A Inglaterra, por sua vez, forneceu lã, estanho,

couro cru, manteiga e outros produtos minerais e agrícolas para os hanseáticos, recebendo em troca os bens manufaturados. Após manufaturarem as matérias-primas inglesas e continentais, os hanseáticos trocavam tecidos e roupas e outros artigos por produtos manufaturados orientais. Foi a partir desse modelo que os ingleses se deram conta que podiam manufaturar a sua própria lã. Atraíram tecelões flamengos e, já com certa quantia de tecelões produzindo internamente, os ingleses proibiram o uso de qualquer tecido estrangeiro. Consequentemente, a indústria inglesa de lã atingiu um estágio florescente e sua capacidade produtiva exerceu uma influência a todo comércio exterior (LIST, 1983, p.17).

List (1986, p.31) ressalta que a Inglaterra, no início do século XVIII, diferente da Liga Hanseática, possuía uma unidade nacional e poder para promover o crescimento na agricultura e na manufatura. As fontes da grandeza industrial e comercial foram identificadas na criação de ovelhas e na manufatura da lã.

Até o início do século XVIII, os nobres na maioria dos países europeus não reconheciam qualquer maneira de utilizar a maior parte de suas propriedades rurais do que criando grandes quantidades de cervos. A inovação da aristocracia inglesa de criar ovelhas implicou um significativo desenvolvimento econômico na medida em que contribuiu para o aprimoramento dos métodos da agricultura e forneceu matéria-prima para a indústria de tecelagem da lã (LIST, 1986, p.31).

List (1986, p.31) ressalta o papel fundamental dos artesões na produção de chapéus, linho, vidro, papel, sedas, relógios e boa parte da manufatura metalúrgica. Em consequência, a Inglaterra incrementou uma série de setores industriais, inserindo proibições e altas taxas alfandegárias às importações.

Os ingleses foram estimulados pela política real e passaram a dirigir suas próprias energias para o comércio pesqueiro. Essas energias não eram voltadas exclusivamente para o consumo interno de peixes, mas sim para uma estratégia de grandeza do país, ou seja, os ingleses queriam extrair de cada continente europeu suas habilidades nos setores específicos através do comércio. Para tanto, era fundamental o domínio do mar. A indústria da pesca promovia o desenvolvimento da indústria naval e o adestramento de navegadores, elementos fundamentais para uma marinha (LIST, 1983, p. 31).

Anteriormente, a pesca e o comércio costeiro estavam em posse dos holandeses. Em decorrência das elevadas taxas alfandegárias estabelecidas pela Inglaterra, os britânicos concentraram suas energias no comércio pesqueiro e, com as Leis de Navegação, garantiram aos marinheiros não apenas o transporte do carvão, mas todo o transporte comercial marítimo. A evolução da marinha mercante levou a um aumento proporcional de seu poder naval, o que

permitiu aos ingleses derrotar a frota holandesa. Logo após a promulgação das Leis de Navegação, uma guerra naval eclodiu entre Inglaterra e a Holanda, o que levou uma suspensão quase total do comércio holandês com os países além do canal inglês, enquanto a esquadra naval holandesa no Mar do Norte e do Báltico foi quase aniquilada pelos corsários ingleses (LIST, 1983. p.34).

Para List (1983, p. 36), o assunto das restrições às navegações constitui em um terrível deslize aos defensores do livre comércio e sem restrições, ao ponto de emudecerem sobre esse tema. A seguinte passagem exemplifica a importância atribuída por List à navegação para o desenvolvimento das nações.

...uma nação pode, de um lado, assegurar vantagens incontestáveis contra nações civilizadas, as quais dessa forma serão impedidas de introduzir restrições à navegação em seu próprio benefício; de outro lado, a respectiva nação preservará assim suas próprias tripulações das indolências e as estimulará a competir com outros países na construção naval e na arte da navegação. Enquanto engajada em sua luta pela supremacia, Veneza indubitavelmente muito deve à sua política de restrição às navegações; mas no momento em que adquiriu a supremacia no comércio, nas manufaturas e na navegação, foi um gesto de insensatez manter essas restrições. Pois, devido às restrições, Veneza ficou atrás muito na competição, tanto no que respeita a construção naval quanto no que tange a navegação, a valentia de seus marujos, em relação a outras nações marítimas e comerciais que estavam progredindo (LIST, 1983, p.37).

Percebe-se na passagem acima que, na perspectiva de List, as proteções e os subsídios devem ser temporários, ou seja, quando é atingido um grau elevado de desenvolvimento na navegação e no poder marítimo, seguramente começará uma nova era, na qual se possa revogar tais proteções e subsídios.

A Inglaterra com sua política aumentou seu poderio naval, e por meio deste ampliou o raio de atuação manufatureira e comercial, e finalmente, por meio dessa ampliação, aumentou novamente seu poderio marítimo e suas possessões comerciais. Os ingleses adotaram uma política de restrições comerciais quando já estavam em um elevado grau de desenvolvimento e possuíam um poder e uma unidade nacional para favorecer a novos recursos produtivos e desenvolver suas forças produtivas (LIST, 1983).

List (1983, p. 35) argumentava que a Inglaterra acabou proibindo a importação de vários artigos que fossem prejudiciais para suas próprias fábricas, como tecidos indianos de algodão e seda. A proibição era completa e determinante. Os ingleses renunciaram a usar qualquer um desses tecidos finos indianos e de baixo custo, preferindo usar seus próprios produtos de qualidade inferior e custo mais elevado. Para competir com os indianos, incumbia

aos ingleses fornecer para os países do continente europeu tecidos mais refinados e a um preço menor. Posto isto, reduziram os preços para favorecer o comércio com essas nações.

O país somente começou ampliar a infraestrutura interna de transportes (canais fluviais, estrada e ferrovias) quando o setor manufatureiro tornou-se forte. Desde então, ficou evidente para os observadores que para concretizar tais obras em uma nação o setor manufatureiro deverá desenvolver-se em larga escala; que somente um país, que desenvolveu em regime de concorrência os seus recursos manufatureiros e agrícolas internos, os dispendiosos meios, instrumentos e equipamentos para o comércio compensarão os custos incorridos; e que somente em tal país esses instrumentos cumpriram adequadamente sua finalidade (LIST, 1983, p.39).

Conforme List (1983, p.39), o aumento de força e de capacidade produtiva de seda, de manufaturados de cobre e latão, a fabricação de cerveja e licores não era devido exclusivamente às Leis de navegação ou aos tratados comerciais, como também as suas conquistas no setor de artes e de ciência.

Cabe ressaltar que a posição geográfica da Inglaterra exerceu uma influência incalculável sobre o desenvolvimento independente da nação. Em sua relação com o continente europeu, a Inglaterra sempre teve constituído um mundo em si mesmo; os ingleses sempre ficaram isentos de rivalidade, preconceitos e desastres dos países vizinhos. A essa situação de isolamento a Inglaterra deve em grande parte a introdução de um sistema alfandegário consistente, o crescimento e o progresso independente e sem precedentes de sua constituição política, a maneira positiva como se consumou a Reforma protestante, a secularização eclesiástica, que se transformou benéfica às suas indústrias (LIST, 1983, p.41).

A Inglaterra estava revelando ao mundo o quanto abrangente eram as facilidades de transporte para aumentar as forças de produção e conseqüentemente para aumento de riqueza, da população e do poder político de uma nação. Sendo capaz de realizar, sob esse aspecto, uma comunidade livre, trabalhadora e bem governada em um curto espaço de cinquenta anos (LIST, 1983, p. 39).

Para List (1983, p.39), a enorme capacidade produtiva e grande riqueza do país não podem ser limitadas exclusivamente ao poder nacional e o ganho financeiro. Participam desse mérito a liberdade e a justiça, a energia e o caráter religioso e a moral do povo, a Constituição do país, suas instituições, a sabedoria, a força do governo e a aristocracia.

Do estudo do caso inglês, o autor extrai algumas proposições. Primeiramente, para o desenvolvimento econômico ganhar corpo, o setor manufatureiro deverá operar em larga escala. Em segundo lugar, que somente em um país que desenvolveu em regime de

concorrência seus recursos manufatureiros e agrícolas internos, os dispendiosos meios, instrumentos e equipamentos para o comércio cumprem adequadamente sua finalidade e compensam os custos incorridos. Por fim, o poder político e militar em uma nação é mais relevante que a riqueza, pois uma nação, por meio de poder, não somente tem capacidade de gerar novas forças produtivas, como também de manter posse da riqueza adquirida em tempos anteriores e em tempos mais recentes. O inverso deterioraria tudo o que já haveria alcançado, não somente a riqueza conquistada, mas também as forças de produção, a civilização, a liberdade e até independência nacional, caindo nas mãos daqueles que a superaram em poder e potência (LIST, 1983).

A Inglaterra, no final do século XVIII, agregou mais poder ao que já possuía, e novas forças produtivas às forças de produção que já existiam. O país estava em posse de todas as posições estratégicas importantes, dominou duas rotas comerciais para a Índia, e aumentou a produção industrial. Nesta época, ampliou sua política com a proibição das exportações do ferro, uma vez que o mesmo estava escasso. A partir do século XIX, o país já fabricava mais produtos de ferro e de aço do que todas as demais nações do mundo (LIST, 1986. p. 32.)

Conforme List, enquanto algumas nações estavam sofrendo com os retrocessos em vários setores, a Inglaterra desenvolvia-se nos mesmos.

...o surgimento e o progresso das cidades, progresso na agricultura, comércio, manufatura; a submissão da aristocracia na lei do país, e, portanto, uma participação intensa da nobreza, na obra da legislação, na administração do Estado e do direito, bem como nas vantagens da indústria; desenvolvimento dos recursos internos e do poder político no exterior; paz interna; influência sobre todos os países menos evoluídos; limitação dos poderes da Coroa, mais aumento, por parte da Coroa, das receitas dos reis, no tocante esplendor e a estabilidade. Em suma, um grau mais alto de bem estar, de civilização e de liberdade dentro do país, e supremacia de poder no exterior (LIST, 1983, p.40).

List (1983) afirmou que nenhum reino europeu se beneficiou da aristocracia como a Inglaterra. Ela contribuiu com os objetivos nacionais na medida em que atraiu para seu próprio corpo a elite da comunidade e incluiu em suas fileiras todo cidadão que merecia distinção, seja por dotes mentais, seja por riqueza excepcional ou por grandes empreendimentos. A nobreza recebia da Câmara dos Comuns<sup>5</sup> novas contribuições de civismo e energia patriótica, de ciência, de erudição, de recursos intelectuais e materiais, ao mesmo tempo que a nobreza sempre restituiu ao povo uma porção da cultura e do espírito de independência.

---

<sup>5</sup> A câmara dos Comuns representava toda a sociedade inglesa que não fazia parte da elite. Seus membros eram eleitos pelo povo e representavam os interesses dos comerciantes, da pequena nobreza e do clero.

Segundo List (1983), uma vez desenvolvida, o mínimo que a Inglaterra poderia fazer era restituir às nações do continente europeu parte das forças produtivas que originalmente auferiu delas.

Ao apresentar a história da Inglaterra, Philip (1980, p. 39) afirma que além da criação de carneiros no século XVI, o predomínio dos senhores neste setor proporcionou um enorme progresso nas técnicas agrícolas do país. As terras concentradas nas mãos dos senhores passaram a ser destinadas aos produtos alimentares, dentre os quais estavam as culturas de alho e do trevo, a fim de aumentar o rendimento das terras. O rendimento elevado da terra facilitou a alocação de áreas para a criação de ovinos.

No século XVIII, a indústria de lanifícios trabalhava a lã dos carneiros britânicos; dispunha, por conseguinte de uma matéria-prima certa, cujo preço encontrava-se estabilizado por regulamentos corporativos. A partir de então, a revolução industrial do país concentrou-se principalmente na produção de algodão e na siderurgia. Após a conquista das Índias, a Inglaterra observou uma grande quantidade de produtos vindos desse país, em particular os tecidos de seda e de algodão do Decão (vasto planalto, localizado na Índia). Os fabricantes estavam preocupados com esta concorrência na indústria de lanifícios tradicional. A sua influência no Parlamento era suficiente para que o Estado interviesse e proibisse a importação dos produtos algodoeiros indianos. Perante a proibição de importação dos tecidos de algodão indianos, na própria Grã Bretanha se fundaram fábricas para o tratamento de algodão bruto que continuava livremente importado. Era uma indústria nova, um produto novo, uma matéria prima que tinha de ser transformada com preços estáveis para competir com os produtos indianos (PHILIP, 1980, p. 43).

Conforme Philip (1980, p.43), a siderurgia foi a segunda indústria de transformação econômica da Inglaterra. O início de sua modernização foi posterior à indústria têxtil, e ocorreu primeiro na sequência das guerras contra Napoleão e depois da construção dos caminhos de ferro. A siderurgia utilizava como elementos de transformação o minério de ferro e o carvão vegetal. Entretanto, as florestas da Inglaterra estavam se esgotando de forma rápida, e o país teve que procurar outra fonte de energia que substituísse o carvão. A alternativa encontrada foi a hulha, um tipo de carvão mineral.

A coexistência, no decorrer da primeira metade do século XIX, das velhas e novas técnicas provocaram conflitos e crises. O processo de desenvolvimento do país teve seus altos e baixos, ao lado dos períodos de expansão existiam períodos de recessão, e no decorrer desses vários empreendimentos foram abandonados e conseqüentemente o desemprego cíclico aparece. Depois de 1820, as novas técnicas, em particular a máquina a vapor, generalizaram-

se pouco a pouco a várias indústrias. O aumento da eficiência produtiva é complementado pela constituição da rede ferroviária britânica que cresce rapidamente entre 1830 e 1850 (PHILIP, 1980).

Para Hobsbawm (1977, p. 40), a Inglaterra nos meados do século XIX apresentava-se em um grau supremo de desenvolvimento econômico e lucro privado, isso com apoio de políticas governamentais. O setor agrícola, naquele período, se destacava mediante uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial, que já quase monopolizavam a terra, cultivada por arrendatários mediante o emprego de camponeses sem terra ou pequenos agricultores.

A agricultura já estava organizada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia (HOBBSAWM, 1977, p. 40).

Hobsbawm (1977, p.57) aborda que a Grã- Bretanha possuía uma economia forte e um Estado suficientemente agressivo para conquistar os mercados de seus competidores. Além de possuir uma indústria admiravelmente ajustada à revolução industrial e uma conjuntura econômica que permitia que se lançasse à indústria algodoeira e à expansão colonial.

Conforme Hobsbawm (1977, p.57), a indústria algodoeira britânica, como todas as outras indústrias algodoeiras, tinha originalmente se desenvolvido como um subproduto do comércio ultramarino. Após importar e revender os tecidos indianos de algodão, ou chita, que conquistaram os mercados, os fabricantes europeus procuraram ganhar mercados com as imitações de sua própria fabricação.

Hobsbawm (1977) argumenta que o sucesso britânico oferecia transbordamentos que facilitavam o desenvolvimento de outros países.

Uma vez iniciada a industrialização na Grã-Bretanha, outros países podiam começar a aproveitar dos benefícios da rápida expansão econômica que a revolução industrial pioneira estimulava. Além do mais, o sucesso britânico provou o que se podia conseguir com ela, a técnica britânica podia ser imitada, o capital e a habilidade britânica podiam ser importados. A indústria têxtil saxônica, incapaz de criar seus próprios inventos, copiou os modelos ingleses, às vezes com a supervisão de mecânicos ingleses; os ingleses que tinham certo gosto pelo continente, como os Cockerill, estabeleceram-se na Bélgica e em várias partes da Alemanha. Nos períodos entre 1789 e 1848 a Europa e a América foram inundadas por especialistas, máquinas a vapor,

maquinaria para (processamento e transformação do) algodão e investimentos britânicos. Assim a Grã-Bretanha não gozava dessas vantagens (HOBBSAWM, 1977, p.57).

Hobsbawm (1977, p.77) relata que em termos de tecnologia e de investimento de capital, as mudanças nesse tempo foram provavelmente bastante modestas até a década de 1840, o período em que se pode dizer que a ciência e a engenharia agrícolas atingiram a maturidade. O autor ressalta que o vasto aumento na produção agrícola, que capacitou as atividades agrícolas britânicas na década de 1830 a fornecer 98% dos cereais consumidos por uma população duas a três vezes maior que meados do século XVIII, foi obtido pela adoção geral de métodos descobertos no início do século XVIII, pela racionalização e pela expansão da área cultivada.

Veiga (1991, p. 25) ao descrever o setor agrícola na Inglaterra ressalta que a decomposição do feudalismo gerou uma forma de trindade: o proprietário fundiário rentista, o arrendatário – patrão e o trabalho agrícola assalariado. O processo de cercamento das propriedades resultou da luta entre os senhores de terras e as comunidades rurais, sendo que os primeiros, com ajuda dos arrendatários, obtiveram uma irrefutável vitória. Nas grandes fazendas das planícies centrais desenvolveu-se uma agricultura tão diferente dos estilos continentais, que fez com que alguns pensadores do século XIX acreditassem que aquele seria o modelo acabado da agricultura capitalista.

Veiga (1991, p. 26) acrescenta que à expansão dessa agricultura patronal correspondeu um crescimento populacional que atingiu 50% na segunda metade do século XVIII. Desde os anos 1760 houve superpopulação relativa no meio rural. As massas de camponeses eram cada vez mais privadas de seus direitos comunais. Paralelamente, as manufaturas e as primeiras indústrias foram suprimindo o suplemento de renda que, até ali, era obtido por atividades artesanais femininas. Formou-se, assim, uma multidão de desocupados e a miséria passou a ser o padrão de vida de grande parte das famílias de trabalhadores rurais.

Uma nova fase de expansão foi precedida pela abolição do sistema protecionista das *Corn Laws*. Péssimas colheitas no final dos anos 1830 elevaram as importações. Uma terrível recessão da indústria têxtil, que rebaixara as condições de vida dos trabalhadores urbanos a níveis assustadores, criou as condições objetivas para que o livre comércio triunfasse. A Liga anti *Corn Laws* baseou-se nas vantagens que traria a livre importação de cereais; alimentos baratos, mais empregos na indústria, mais exportação de tecido e, conseqüentemente, prosperidade. Depois da abolição do protecionismo, apesar de que o trigo e a lã deixaram de

ter preços altos, a agricultura entrou numa fase de progresso devido à expansão de mercado interno (VEIGA, 1991, p. 28- 29).

Chang (2004, p.38) aborda que a Grã- Bretanha alegava ser a única que praticou o *laissez-faire, laissez-passer* e se desenvolveu sem intervenção. Entretanto, essa política estava longe de ser verdade. De acordo com Chang (2004, p.39), no período em que os reis Henrique VII (1485-1509) e Elizabeth I (1558-1608) governavam o país, fizeram com que a nação, que antes era muito dependente da exportação de lã bruta dos Países Baixos, se convertesse numa das maiores nações fabricantes de lã do mundo. No reinado de Elizabeth I, o país ganhou confiança suficiente na competitividade internacional da sua indústria para proibir definitivamente a exportação lã bruta, isso por sua vez, resultou na ruína dos Países Baixos.

Em 1721 a reforma da lei mercantil introduzida por Robert Walpole, o primeiro primeiro-ministro britânico, durante o reinado de George I (1714-1727) significou uma dramática mudança no foco de políticas industriais e comerciais. Apresentando a nova lei, Walpole declarou, mediante ao trono e ao Parlamento: “é evidente que nada mais contribui para promover o bem-estar público como a exportação de bens manufaturados e a importação de matéria-prima estrangeira (CHANG, 2004, p.38)

Chang (2004) ressalta que a lei de 1721 e as subseqüentes alterações políticas suplementares incluíram as seguintes medidas:

*“First of all, import duties on raw materials used for manufactures were lowered, or even dropped altogether. Second, duty drawbacks on imported raw materials for exported manufactures - a policy that had been well established in the country since the days of William and Mary - were increased. For example, the duty on beaver skins was reduced and in case of export a drawback of half the duty paid was allowed. Third, export duties on most manufactures were abolished. Fourth, duties on imported foreign manufactured goods were significantly raised. Fifth, export subsidies ('bounties') were extended to new items like silk products (1722) and gunpowder (1731), while the existing export subsidies to sailcloth and refined sugar were increased (in 1731 and 1733 respectively). Sixth, regulation was introduced to control the quality of manufactured products, especially textile products, so that unscrupulous manufacturers could not damage the reputation of British products in foreign markets” (CHANG, 2003. p. 22).*

Sendo assim, Chang (2004 apud BRISCO (1907), p. 44) complementa que internamente as manufaturas do país deveriam ser protegidas contra a concorrência dos produtos acabados estrangeiros e, sempre que possível, deveria ser oferecidos incentivos na forma de isenções e subvenções que garantissem a livre exportação de seus artigos acabados.

De acordo com Chang (2004, p.44), com a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, a Inglaterra começou a expandir sua liderança tecnológica em relação a

outros países. No entanto, mesmo assim, prosseguiu a sua política industrial até meados do século XIX, altura em que a sua supremacia tecnológica já era incontestável.

O primeiro passo e mais importante componente dessa política industrial era a proteção tarifária. Conforme o autor, a Grã-Bretanha teve tarifas muito elevadas sobre produtos de fabricação até o final da década de 1820. A indústria de algodão indiano foi posteriormente destruída com o fim do monopólio da Companhia das Índias Orientais em 1813, no momento em que a Grã-Bretanha tornou-se um produtor mais eficiente do que a Índia (CHANG, 2004, p.45).

Com o fim das Guerras Napoleônicas em 1815, os fabricantes cada vez mais confiantes, intensificaram a pressão pelo livre comércio no exterior. Nessa época, eles eram firmemente os mais eficientes do mundo na maior parte dos segmentos industriais, a não ser em umas poucas e limitadas áreas, nas quais a Bélgica e a Suíça eram tecnologicamente mais fortes (CHANG, 2004, p.45).

Em 1833 ocorreu uma forte redução tarifária, complementada pela grande mudança que ocorreu de 1846, quando a tarifa *Corn Law* foi revogada e as tarifas sobre bens manufaturados foram abolidas. A revogação da *Corn Law* foi classificada como a vitória final da doutrina econômica liberal clássica sobre o mercantilismo. Embora não se deva subestimar o papel da teoria econômica nesta mudança de política, muitos historiadores mais familiarizados com o período salientam entender que se tratou de um ato de “imperialismo de livre comércio” com o intuito de deter a industrialização do Continente mediante ampliação do mercado de produtos agrícolas e matérias-primas (CHANG, 2004 apud KINDLEBERG, 1978, p. 196).

Chang (2004, p.46) complementa que a partir da revogação da *Corn Law* foi abolida a maior parte das tarifas, particularmente em 1860, em conjunção com o acordo anglo-francês de livre comércio. Entretanto, o regime de livre comércio não durou muito. Na década de 1880, alguns fabricantes em dificuldade reivindicaram a proteção. Deve-se notar que mesmo a política de livre comércio da Grã-Bretanha foi motivada, em parte, pelo seu desejo de promover as suas indústrias. Muitos dos advogados do comércio livre, inclusive um de seus líderes, Richard Cobden<sup>6</sup>, acreditavam que a importação livre de produtos agrícolas pela Grã-Bretanha iria desencorajar a produção industrial em países concorrentes, levando-os a se especializarem em mercadorias agrícolas.

---

<sup>6</sup> Richard Cobden (1804- 1865) foi um industrial, economista, político britânico, membro radical do partido liberal e mentor de uma associação nacional contra as *Corn Laws*, intitulada de Liga Anti - Lei dos Grãos.

A taxa de crescimento do produto industrial britânico no período entre 1700 e 1780 variou entre meio e um por cento ao ano, mas entre 1780 e 1870, elevou-se para mais de três por cento, uma taxa alta para a época. Isso representou uma transição para uma taxa de crescimento econômico sustentado por um longo período e superior a qualquer outra previamente alcançada na história da humanidade. O surto de crescimento da indústria britânica não ocorreu em todos os ramos industriais, mas caracterizou-se pelo crescimento excepcionalmente rápido de alguns poucos líderes, sobretudo, a indústria têxtil de algodão, e em menor medida a metalurgia de ferro. A participação da primeira no total do valor adicionado pela indústria cresceu 2,6% em 1770 para 17% em 1801 (FREEMAN, 2008).

Freeman (2008, p. 81) aborda que a indústria de cerâmica estava elevando sua produção, em consequência da demanda que estava crescendo. O hábito de tomar chá começou a se tornar popular com a disponibilidade de chás indianos, a porcelana era frágil e outras alternativas eram muito caras para competir com as louças de cerâmica.

Freeman (2008, p.75) destaca que a Inglaterra passou pelo processo de transição da produção domiciliar para a indústria têxtil. A indústria, principalmente a de lã, já era bem desenvolvida, mas a produção ainda não era baseada em máquinas e nas fábricas. Um sistema capitalista mercantil baseado no sistema *putting out* para fiandeiros, tecelões e produtores de tecidos artesanais era por natureza limitada com respeito à escala do maquinário e divisão do trabalho, bem como no que se refere à coordenação e disciplina pela força de trabalho. Foi a transição para a produção fabril que proporcionou, não somente para os mecânicos, mas também uma variedade de imaginativos empresários, a oportunidade de ingressar nos ramos industriais.

Para Freeman (2008, p. 90), a indústria têxtil de algodão foi reconhecida como tendo papel fundamental para o crescimento industrial da Inglaterra. A fonte de matéria prima foi transferida das Índias Ocidentais para as plantações escravistas dos Estados Unidos (colônia da Inglaterra). Em 1771, com a invenção das máquinas fiandeiras *jenny* (movidas por rodas d'água), a indústria têxtil de algodão teve um rápido crescimento. Entretanto, as máquinas *jenny* conseguiam fiar somente fios macios, e os empresários e inventores necessitavam de meios para produzir uma variedade de fios rústicos a partir de diversos tipos de fibras de algodão, e poder fazê-lo a custo e preços ainda menores. Nos anos de 1790 a 1801 foi criada uma nova fiandeira automática cumprindo esse papel e sendo capaz de separar os melhores dos piores fios.

Foi uma série de invenções e melhorias que levaram aos grandes aumentos na produtividade, cuja exploração ocorreu no novo sistema de produção britânica baseado em

fábricas. Estas melhorias nas tecnologias de processo possibilitaram rápidas reduções de preços, as quais, por sua vez deram origem à força competitiva que tornou as exportações britânicas de produtos têxteis mais baratos do que os tecidos indianos e asiáticos, e de fato mais barato do que os de todos os demais produtores. As exportações de produtos têxteis de algodão atingiram o nível de 60% da produção por volta de 1820 e tornaram-se a principal mercadoria do comércio internacional do século XIX (FREEMAN, 2008, p.98).

No período inicial da Revolução Industrial, os empresários perceberam a necessidade de proteger suas inovações. Naquela época, os métodos de proteção e as atitudes com relação a vários métodos, dependiam do ramo de atuação industrial, assim como a facilidade e custos da imitação, mas o papel da apropriabilidade e possibilidade de exploração monopolística de inovações tinha adquirido uma importância crucial. As políticas nacionais de proteção às invenções e inovação faziam parte das armas políticas. Aqueles que eram pegos exportando segredo dos ofícios sofriam pesadas punições. Quando Samuel Slater contrabandeou os segredos da máquina movida a água (fiandeira hidráulica) para os Estados Unidos, tomou o devido cuidado, não levando consigo qualquer desenho e instrução por escrito ao embarcar em um navio (FREEMAN, 2008, p. 94). Fatos como este dão substância à tese de que havia transbordamentos de conhecimentos produtivos da Inglaterra para outros países emergentes.

### **2.2.1 Síntese da trajetória de desenvolvimento da Inglaterra**

Nota-se que no decorrer da narrativa List (1983, 1986) ressalta alguns aspectos que contribuíram para o desenvolvimento da Inglaterra. De início destaca a produção agrícola naquele período com a produção de lã que serviu como base para o setor industrial, seguido de um avanço na indústria de transformação do algodão. O setor de transporte constituiu uma importante infraestrutura viabilizada pelo volume da produção interna. Houve significativo aumento de seu poderio naval, e por meio deste, do raio de atuação manufatureira e de suas possessões comerciais. Os ingleses adotaram uma política de restrições comerciais quando já estavam em um elevado grau de desenvolvimento. Conseguiram organizar uma unidade nacional poderosa para favorecer a novos recursos produtivos e desenvolver suas forças produtivas.

Os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977), Veiga (1991), Chang (2004) e Freeman (2008) apresentam descrições convergentes com a de List para diversos aspectos: a) grau a elevado de capacidade produtiva na agricultura, no caso dos cereais e da lã; b) crescimento na

indústria de lã, algodão e metais; c) organização comercial ultramarina da Inglaterra; e) estruturação do setor de transportes que estava auxiliando o crescimento da nação.

List (1983, 1986) tem uma apreensão em consequência da supremacia comercial da Inglaterra que impedia que alguns países prosperassem. Hobsbawm (1977) e Freeman (2008) revelam algo não mencionado pelo germânico em sua discussão sobre a Inglaterra, o fato de que a Inglaterra fornecia inovações, conhecimento e capital que transbordavam com a venda de maquinário e a migração de seus técnicos. Sua trajetória bem sucedida servia de inspiração a ser imitada pelas outras nações, auxiliando em alguma medida o crescimento das demais nações.

Por outro lado, Chang (2004) traz um olhar sobre a redução tarifária a partir de 1833 que misturaria convicções de doutrina econômica liberal com uma estratégia de indução de especialização agrícola das nações rivais da Inglaterra, o que dá substância ao argumento de List que a Inglaterra promoveu medidas para conter o crescimento de outras nações.

Conclui-se que List não estava equivocado em afirmar que a Inglaterra praticou políticas para induzir uma especialização regressiva nas nações concorrentes, ou seja, tentou criar atrativos para uma especialização agrícola de outras nações. Porém, não mencionou em seu retrato de época sobre a nação britânica a migração de capital e de conhecimento da Inglaterra para as outras nações e suas consequências.

List (1983, 1986) já apresentara as inovações das manufaturas como elemento de desenvolvimento. “As manufaturas são amas-secas das artes, das ciências e das habilidades, as fontes do poder e da riqueza (LIST, 2009, p.94).” Freeman (2008) traz informações mais densas que corroboram esta perspectiva.

O Quadro 1 resume as principais afirmações dos autores consultados.

Quadro 1: Desenvolvimento das Forças Produtivas da Inglaterra, no período de 1750 a 1900

Autores	Agricultura	Indústria	Comércio
List (1983/86)	- lã - Cereais	- Manufatura da lã, algodão; - Artesões; - Metalúrgica de ferro e aço. - conquistas na arte ciências.	- proteção tarifária e leis de navegação; - transporte marítimo, fluvial e ferroviário. -supremacia industrial e comercial.
Philip (1980)	- lã -alho e trevo	Manufatura da lã e do algodão; - Minério de ferro e carvão vegetal	- Proibição de importação de tecidos indianos. - desenvolvimento da indústria têxtil e da siderurgia. -transporte ferroviário.
Hobsbawm (1977)	Agricultura funcional para a industrialização e urbanização	- Manufatura do algodão; - Ciência e engenharias agrícolas.	- Conquistar seus mercados competidores. - transbordamento técnico e de capital para as nações competidoras.
Veiga (1991)	-lã -trigo	- Manufatura da lã	- fim das Corn Laws.
Chang (2004)	- lã	- Manufatura da lã	- competitividade internacional; - estratégia de promoção da indústria britânica; - abertura tarifária por liberalismo econômico, exploração da supremacia industrial e tentativa de induzir especialização produtiva de rivais.
Freeman (2008)	- lã	- Manufatura da lã e do algodão; - Metalurgia de ferro; - patentes industriais;	- Importação de algodão da Índia e da colônia norte-americana. - infraestrutura de transporte

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 2, a seguir, compara as descrições de List e demais autores consultados.

Quadro 2: Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento da Inglaterra

	<b>Inglaterra</b>
<b>Pontos semelhantes a List</b>	Os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977), Veiga (1991), Chang (2004) e Freeman (2008) convergem com List (1983, 1986) sobre o grau elevado de capacidade produtiva na agricultura e indústria e crescente organização comercial da Inglaterra, bem como o setor de transportes que estava auxiliando o crescimento da nação. Chang (2004) também relata ações inglesas para estimular os setores industriais e induzir a especialização agrícola de outras nações. Freeman (2008) traz muitas informações sobre o desenvolvimento tecnológico e apropriação intelectual que reforçam os argumentos de List (1983) sobre a importância do desenvolvimento técnico e do capital mental.
<b>Complementos aos relatos de List</b>	Enquanto List (1983, 1986) afirmava que a supremacia comercial da nação estava esmagando as demais nações, Hobsbawm (1977) afirma que o país fornecia conhecimento e capital e servia de parâmetro de imitação para o crescimento das outras nações, e Freeman (2008) exemplifica o transbordamento de conhecimento ao estrangeiro,

Fonte: Elaborado pela autora.

### 2.3 A ALEMANHA

No período em que List escreveu sua teoria, a Alemanha não era uma nação em franco crescimento econômico, como a Inglaterra à época de Smith. List em sua obra “Sistema Nacional de Economia Política”, no capítulo sete, discorre sobre essa nação, determinando as carências e meios que a fizeram prosperar nos setores agrícola, industrial e comercial.

Pereira e Menezes (2008) ressaltam que o período entre 1818 e 1834 foi marcado por uma economia alemã não muito desenvolvida. A economia era baseada na agricultura, uma agricultura que não possuía técnicas modernas de produção, de pouca produtividade e incapaz de evitar crises de escassez. As atividades comerciais e industriais viam seu desenvolvimento entravado por divisões políticas, em que multiplicavam linhas aduaneiras e sistemas monetários, pela insuficiência dos meios de transporte, dos capitais e pela falta de organização do crédito. A sociedade aristocrática alemã, de grandes proprietários de terras, continuaria

existindo e tendo poder durante muito tempo; entretanto, passaria a sentir o peso das transformações sociais sobre aquela sociedade “semifeudal”.

List (1983, p.59) faz um breve relato sobre a Antiga Germânia medieval argumentando que não havia investimentos no setor agrícola, pois grande parte da terra era dedicada a pastagens e parques para o jogo. A agricultura era considerada insignificante e primitiva e foi designada aos servos e as mulheres. A ocupação dos homens livres era a guerra e a caça; e esta era a origem de toda a nobreza germânica.

Os nobres alemães aderiram firmemente a este sistema durante a Idade Média, rejeitando o setor agrícola, opondo-se à manufatura e ignorando uma futura prosperidade desses setores. Os nobres alemães conservaram essa cultura por muitos anos, preservando suas propriedades para a manutenção da caça (javalis, lebres e cervos) com ajardinamento e com reflorestamento (LIST, 1983, p.59).

Conforme List (1983, p. 59) a agricultura alemã permaneceu por muito tempo em uma situação estagnada, embora não se possa ignorar a influência das cidades e dos mosteiros sobre as regiões localizadas nas proximidades agrícolas. As cidades surgiam nas antigas colônias romanas, nas sedes dos príncipes e eclesiásticos, onde houvesse interesse do imperador, e também em lugares onde a pesca, combinada às facilidades de transporte por terra e mar, oferecia vantagem. As cidades prosperavam pelas necessidades locais e pelo transporte externo. Os mosteiros nesse contexto se destacavam porque os monges, ao ficarem muito tempo isolados, contribuíram para o progresso intelectual, desenvolvendo novas técnicas científicas para suprir suas necessidades mediante a produção manufatureira.

Um grande sistema da indústria nascente, capaz de fornecer produtos para o comércio de exportação, só poderia se desenvolver por uma extensa criação de ovelhas e uma ampla cultura de linho, sendo que o início da primeira onda de industrialização deu-se com a indústria têxtil. O cultivo de linho pressupõe um grau de desenvolvimento agrícola, enquanto a criação de ovelhas necessitava de proteção contra lobos e salteadores (List 1983, p.59).

Conforme List (1983, p. 60), alguns fatores não contribuíram para promover uma harmonia entre as cidades e agricultura. Havia as disputas políticas entre nobres, além da escassez do gado, da incerteza que pesava sobre a vida e a propriedade, da ausência de capital e da liberdade por parte dos cultivadores do solo, ou o desinteresse agrícola por parte dos senhores das terras. O processo de industrialização não deslancharia por falta de matéria prima.

As cidades eram separadas umas das outras pelos nobres, pela servidão da população do país, sua união estava destinada a ser desfeita com o passar do tempo, em razão do

aumento e do enriquecimento gradual do setor agrícola. As cidades na medida em que tentavam promover a prosperidade da agricultura, ao fazerem isso tendiam para seu próprio desaparecimento, a menos que pudessem incorporar as classes agrícolas e nobres como membros de suas próprias associações. Entretanto, para atingir esse objetivo faltavam-lhes instintos e conhecimento político mais eminente, raramente havia uma visão política nas cidades<sup>7</sup> (LIST, 1983, p. 60). O risco para as cidades era a agricultura desenvolver-se como um reforço do sistema econômico e político aristocrático e feudal, sem ligação com o processo de urbanização e manufatura organizado pelos cidadãos.

List (1983, p. 62) descreve que a economia da Alemanha não estava somente atrasada no setor agrícola, como também na legislação, na administração do Estado e na administração da Justiça, no setor industrial, bem como em todo comércio em larga escala, com uma falta de unidade e de força na coesão nacional. Em meio a um quadro social e econômico conturbado, List (1983, 1986) assinala que os alemães preservaram uma base institucional caracterizada pela ênfase em valores relacionados ao trabalho, ordem, parcimônia, modernidade e outras características que viabilizaram o desenvolvimento das atividades produtivas e concernentes aos negócios na sociedade alemã.

Para List (1983, 1846), os fundamentos de restabelecimento da nacionalidade alemã foram colocados pelos próprios governos e pelo uso e aplicação das rendas e rendimentos das terras eclesiásticas destinadas ao desenvolvimento intelectual. List acreditava que o desenvolvimento intelectual era uma peculiaridade positiva para o desenvolvimento alemão, ligado a investimentos em instrução, ciência e artes, da moralidade e dos objetivos do bem público.

*“... made its way into the State administration and the administration of justice, into education and literature, into agriculture, industry, and commerce, and above all amongst the masses. Thus Germany developed herself in a totally different way from all other nations. Elsewhere high mental culture rather grew out of the evolution of the material powers of production, whilst in Germany the growth of material powers of production was the outcome chiefly of an antecedent intellectual development. Hence at the present day the whole culture of the Germans is theoretical. Hence also those many unpractical and odd traits in the German character which other nations notice in us.”(LIST, 1846. p.48.)*

List (1983, p. 63) afirmava que foram esses os atributos que caracterizam a cultura alemã como teórica. A inteligência dos alemães é que os diferenciava frente aos demais povos, aplicando esse atributo nas áreas de especulação.

---

<sup>7</sup> Em Weber, 1868, p.293, também se identificou a incorporação política dos agricultores à dinâmica das cidades como um problema a ser solucionado para o desenvolvimento.

As primeiras medidas governamentais para promover a manufatura alemã foram introduzidas pela Áustria e pela Prússia no século XVIII. A Áustria havia sofrido muito com a expulsão dos protestantes, pois eram os cidadãos mais devotos ao trabalho. Depois, em consequência das tarifas protecionistas, da criação de ovelhas, da abertura de estradas e outras melhorias, a indústria acusou notáveis progressos. O sistema alfandegário protecionista foi um mecanismo para o progresso na indústria e o crescimento da agricultura, além de uma ascensão no progresso intelectual e da cultura mental (LIST, 1983, p. 63).

Conforme List (1983, p. 63), com as devastações da Guerra dos Trinta Anos<sup>8</sup> a indústria da Prússia<sup>9</sup> sofreu mais do que qualquer outro país. A indústria de tecido que era instalada no território de Brandemburgo foi praticamente extinta. As maiorias dos trabalhadores de tecidos haviam migrado para Saxônia, enquanto os artigos importados dos ingleses impediram qualquer concorrência. Por outro lado, a anulação do Edito de Nantes<sup>10</sup> foi vantajosa, pois um grande número de fugitivos dirigiu-se para a Prússia, fomentando a agricultura do país, estabelecendo um grande número de indústrias, e dedicando-se a ciência e a arte. Tarifas alfandegárias protegeram a produção agrícola.

List (1983, p. 65) ressalta que nessa ocasião, início do século XVIII, todo resto do território germânico estava sobre influência do livre comércio, o que significava que o mundo todo tinha liberdade de exportar produtos para a Região Germânica<sup>11</sup>, enquanto nenhum desses países consentia em admitir produtos de outras regiões alemãs em seus territórios. Apenas em 1818 a Lei alfandegária respondeu, para época em que foi sancionada, a todos os requisitos e exigências dos manufatores prussianos, sem exagerar em algum ponto no princípio de proteção ao mercado interno ou interferir indevidamente no intercâmbio benéfico

---

<sup>8</sup> A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) repercutia conflitos religiosos entre católicos e protestantes e devastou todas as cidades e territórios. A Holanda e a Suíça separaram-se do Império Germânico (união de territórios na Europa Central medieval), enquanto as províncias mais leais ao império foram conquistadas pela França. Ao passo que, anteriormente as cidades individuais como Estrasburgo, Nuremberg e Ausburgo haviam superado em poder principados inteiros acabaram caindo na impotência total devido a introdução de exércitos efetivos (LIST, 1983, p.61).

<sup>9</sup> Conforme a figura Apêndice A, o Reino da Prússia era um Estado-Membro do Império Alemão, compreendendo quase dois terços da área do Império.

<sup>10</sup> O Edito de Nantes de 1598 suspendeu a perseguição religiosa aos huguenotes calvinistas na França. Foi revogado em 1685, fato que levou a uma dispersão deste grupo social e de suas capacidades produtivas por outros países.

<sup>11</sup> Antes da Unificação de 1870, o território germânico estava fragmentando em 39 estados que formavam a Confederação Germânica, conforme figura do Apêndice B. A Confederação era governada por uma assembleia com representantes de todos os estados. Porém, eram os representantes dos maiores estados, Prússia e Áustria, que tinham maior poder e acabavam por decidir quase tudo. Havia também um conflito de interesses entre Áustria e Prússia. Enquanto a Áustria era contrária à unificação, a Prússia era favorável, pois pretendia aumentar seu poder sobre o território germânico e ampliar o desenvolvimento industrial (FULLBROOK, 2012). A maioria destes territórios, exceto a Áustria-Hungria, viria a constituir um processo de união aduaneira que culminou com a formalização do Zollverein em 1834 e sua ampliação em 1848.

com os demais países. As tarifas consistiam em taxas que na maioria dos casos eram cobradas no peso dos produtos, e não com base no valor dos mesmos.

A preocupação de List (1983, p. 65) foi que com o retorno da paz (após as guerras Napoleônicas), a Alemanha fosse uma das nações mais prejudicadas no setor manufatureiro. A nação estava sendo afetada pela concorrência dos produtos ingleses de melhor qualidade e preços mais baixos. A Inglaterra ainda ofereceria créditos mais longos. Ademais, as tarifas alfandegárias prussianas passavam por várias alterações, no sentido de uma liberdade absoluta, e não já ofereciam proteção suficiente à concorrência inglesa. “Vi, então, no meu país nativo, os admiráveis efeitos do que é chamado sistema continental e os efeitos destrutivos do retorno daquilo que eles chamavam de comércio, após a queda de Napoleão” (LIST, 2009, p. 99).

List (2009, p.100) argumentava que a indústria alemã, embora fomentada apenas parcialmente pelo sistema continental<sup>12</sup>, porque desfrutava de proteção apenas contra competição inglesa e permanecia exposta à competição francesa fez admiráveis progressos naquele período, não apenas nos diferentes ramos da indústria, como também em todos os ramos da agricultura, os quais estavam prosperando. Todos os tipos de produtos estavam em demanda e obtinham altos preços e, conseqüentemente, os salários, as rendas, os juros de capital, o preço de terras e tudo o que era mais relativo às propriedades experimentaram progressos. Entretanto, após a queda do sistema continental, retornou a oferta de bens ingleses mais baratos do que a Alemanha poderia produzir, as manufaturas mirraram. Os agricultores e os nobres proprietários de terra ficaram de início, bastante satisfeitos por comprarem artigos ingleses a preços bem baixos. Os produtores de lã voltaram a vender o seu produto para a Inglaterra por preços elevados. Mas os ingleses, depois de terem conseguido o mercado alemão para as suas manufaturas, não hesitaram em incentivar a produção de seus próprios proprietários de terra, com leis referentes aos cereais e ao algodão; os preços do algodão e dos grãos conseqüentemente, das rendas, dos salários e das propriedades dos alemães, caíram mais e mais, seguindo-se os efeitos mais ruinosos.

A preocupação de List (1983, p.66) quanto ao atraso da Alemanha não advinha somente da estratégia de ação inglesa, mas também de alguns processos internos. Os manufatureiros dos Estados Germânicos<sup>13</sup> estavam cercados por restrições que limitavam suas exportações a pequenas faixas de território, e, além disso, separados por barreiras

---

<sup>12</sup> A contenção da concorrência manufatureira inglesa pelas guerras napoleônicas.

<sup>13</sup> Pela cronologia, por Estados Germânicos List refere ao conjunto de principados reinos e ducados mais a Prússia e a Áustria que constituíam uma união política bastante frouxa, fundada em 1815 e conhecida por Confederação Germânica (Apêndice C).

alfandegárias internas, os fabricantes estavam em uma situação desesperadora. Posto isto, medidas urgentes foram assumidas, conduzindo esses países à formação de uma associação privada. Em reunião na qual havia em torno de seis mil manufatureiros e comerciantes alemães – a associação foi fundada no ano de 1819 na feira de primavera realizada em Frankfurt-on-the-Main, com o objetivo de abolir as tarifas aduaneiras internas entre vários Estados germânicos e estabelecer um sistema comum comercial e alfandegário para toda a Alemanha.

Por volta de 1820 a Alemanha inteira estava em uma só Associação Alfandegária (*Zollverein*), a qual aboliu alfândegas entre um Estado germânico e outro, estabelecendo também tarifas uniformes e unitárias comuns em relação aos produtos estrangeiros, sendo que a renda proveniente da cobrança dessas tarifas aduaneiras é distribuída entre diversos Estados alemães, de acordo com a população de cada um. Em decorrência dessa unificação aduaneira, a indústria, o comércio e a agricultura dos Estados alemães integrantes dessa Associação já registravam avanços enormes (LIST, 1983, p. 60).

Ao descrever sobre o desenvolvimento da Alemanha, Hobsbawm (1977) ressalta que, em 1879, as burocracias de inúmeros pequenos principados, que eram pouco mais que grandes propriedades, administravam os anseios das altezas com os impostos cobrados do campesinato. A cidade provinciana de fins do século XVIII podia ser uma próspera comunidade em expansão e essa prosperidade advinha do campo. Entretanto, no período entre 1815 a 1830 a agricultura do país definhava. Na década de 1830, na Alemanha, as reclamações vinham sobre o crescente empobrecimento e a escassez de alimentos. O ponto crucial do problema agrário era a relação entre os que cultivavam a terra e os que a possuíam, os que produziam sua riqueza e os que a acumulavam.

Em 1835, foram introduzidas as primeiras ferrovias, consideradas uma das maiores inovações na Alemanha. As estradas de ferro ligavam os países e os continentes, com suas obras engenharia, estações e pontes desenvolvendo um conjunto de construções que desvaneceram do provincianismo (HOBSBAWM, 1977).

Tilly (1978, p. 384) descreve que no século XIX, o setor agrícola foi de grande importância para o desenvolvimento da nação alemã. O autor discorre que nas décadas de 1806-1816, houve maior utilização dos fatores de produção terra, trabalho e capital pelo setor agrícola. Como resultado, ocorreu aumento substancial do nível global da produção. Há alguma evidência de "superprodução" durante o início de 1820. Porém, no horizonte de 1820-1850, os termos de troca tenderam a favorecer a agricultura - uma das razões para a sua expansão.

Tilly (1978, p. 385) destacava que nos anos subsequentes o setor agrícola estava servindo de incentivo para a produção industrial no país.

*“However, much more substantial increases in agricultural productivity in Prussia appear to have taken place in the 1850s and 1860s, accompanied also by a large increase in total production. They took place, that is, during the 'take-off', when, as we know, the non-agricultural sectors were already growing substantially. The conclusion of this review of agriculture's role in early Prussian industrialization is therefore that agriculture was probably not an important 'leading sector' (I say 'probably' because more information is necessary before this issue can be settled). However, it is true that agriculture could play a significant permissive role”.* (TILLY, 1978,p.385).

A formação de capital agrícola incluiu o investimento em habitações, na pecuária, na limpeza de terrenos e melhoria, e em outros insumos, como sementes, fertilizantes e implementos agrícolas e máquinas. Ao lidar com a agricultura prussiana durante a primeira metade do século XIX, pode-se considerar o investimento em máquinas como insignificante. No entanto, isso não significa que a agricultura não estava investindo substancialmente. Em primeiro lugar entre essas necessidades foram os gastos com sementes, os custos de manutenção do gado, e os investimentos em habitações (TILLY, 1978, p. 386).

*“...land clearing and improvement were not unimportant in the early nineteenth century, as the huge increases in cultivated land show. To a large extent, however, this represented more intensive use of grazing land and/or of land which had been only infrequently cultivated, and not the clearing, drainage, and preparation of hitherto waste or virgin lands - which cost so much, for example, in the United States at this time. For this reason, and also because the labour necessary for such investment was in any case drawn from an underemployed work force, we have set its value equal to zero”*(TILLY, 1978,p.388).

De acordo com Tilly (1978), a produção industrial naquele período baseava-se no setor têxtil.

*“... on capital shortage in Germany in the first half of the nineteenth century concentrated on the adequacy of finance but at the same suggested quite strongly that industrial investment was of minor quantitative importance for this question. His most striking example showed Germany's largest industrial sector - the textile industries - to be absorbing only a small fraction of presumed savings during this period. In a later work treating all textile industries in the states of the Zollverein in 1846, it was estimated an increase in capital stock”* (TILLY, 1978,p. 418.).

De acordo com Philip (1980, p. 134), até o início do século XIX, a Alemanha, dividida por uma multiplicidade de pequenos principados, manteve-se essencialmente rural. Conforme o autor, o país distinguia-se em duas regiões. A estrutura de Oeste seguia com pequenas

propriedades campesinas ainda submetidas aos resquícios feudais. A estrutura de Leste era, pelo contrário, a terra conquistada por uma aristocracia militar e pertencia aos senhores e aos camponeses que estavam reduzidos à servidão. Entre as duas estava Berlim, que era uma cidade de soldados, que com suas famílias, representavam mais de um terço da população.

Abolido o regime feudal em 1848, a agricultura do país prosperou de forma semelhante ao modelo britânico, no qual praticavam novos métodos de estabulação do gado, e introduzindo as culturas de alho, trevo, beterraba e batata, aplicando os métodos de contabilidade comercial para calcular o rendimento das colheitas e seu preço de custo, com baixo custo de produção. O país a partir de então, começou a exportar esses cereais (PHILIP 1980, p. 134).

Philip (1980, p, 135) ressalta que apesar dos obstáculos estabelecidos por sistemas monetários e alfandegários, as manufaturas fizeram seu aparecimento a partir de 1830. Sendo que no período de 1825 a 1850, ocorre um expressivo aumento na produção do carvão, do ferro fundido e do cavalo-vapor utilizados. Em 1827 em virtude do aumento nas fábricas de fiação cresce a produção de têxteis. O setor industrial até 1860 conservava essencialmente o regime do artesanato doméstico disperso pela província.

Philip (1980, p. 136) aborda que desde 1810 os intelectuais e universitários e uma pequena parcela de classe média reclamaram por uma Constituição. Com a depressão nos anos 1846-47 veio o apoio provisório das massas artesanais e rurais, pois os o preços do trigo e das batatas aumentavam em consequência das más colheitas e a Alemanha vê-se forçada a importar cereais; a indústria têxtil está em crise provocando desemprego aos assalariados e acelera a ruína dos artesões. Depois de tamanha recessão, a Prússia começa a impor-se pouco a pouco a todo país, conquistando as massas através de uma política intervencionista que visa a expansão econômica e proteção social. A partir de 1848, o *Zollverein* reúne todos os Estados a fim de proteger seus mercados. Nesse período multiplicavam-se as indústrias, as quais eram alimentadas pela transformação dos transportes.

Conforme Philip (1980, p. 136) a indústria de algodão progredia sob a forma de tecelagens que importam da Inglaterra os fios de algodão. Em 1836, a Alemanha importava da Grã- Bretanha  $\frac{3}{4}$  de seu consumo de fios. Porém, já em 1861 apenas um  $\frac{1}{4}$  era importado. Surge um conflito entre o algodão e a lã, em consequência dos progressos da indústria algodoeira. A indústria algodoeira oferecia uma nova forma de tecer e salários mais elevados, enquanto a indústria de lanifícios, baseada no sistema doméstico de pequenos artesões espalhados pelo campo, responde com baixas de salários que causam a eliminação dos artesões arruinados.

Fundaram-se companhias privadas para a construção de linhas de caminhos de ferro que antes estavam em geral nas mãos do capitalismo inglês. Graças aos caminhos de ferro e aos canais, surge ao longo do Reno um princípio de metalurgia baseado na hulha. Após a Unificação da Alemanha em 1870, a indústria vai se concentrar nas mãos de grandes famílias que recebem do Estado proteção e ajuda. No final da década de 1890, instituiu-se um sistema industrial cartelizado, inicialmente na indústria pesada (aço e potássio), e anos depois em indústrias de consumo. O efeito do cartel era absorver e integrar os comerciantes, já que estes tinham um papel coadjuvante na economia alemã. Além disso, o cartel tinha o efeito de operar uma concentração industrial. As empresas cartelizadas dispunham de recursos mais importantes para investigações científicas, as quais auxiliavam na redução de custos e no desenvolvimento de produtos, e para organizar as integrações de empresas (PHILIP, 1980).

Chang (2004, p. 63) ressalta que a Alemanha geralmente é conhecida como berço da proteção às indústrias nascentes, em aspectos tanto intelectuais quanto políticos. Contudo, descrevendo historicamente, a verdade é que a proteção tarifária teve, no desenvolvimento econômico alemão, um papel bem menos importante do que no britânico ou no norte-americano.

Chang (2004, p. 64) acrescenta que na Prússia, a proteção tarifária na indústria foi moderada até 1834, quando da criação da união aduaneira, o *Zollverein*, sob sua liderança, que depois se estendeu à indústria alemã em geral. Chang (2004 apud TREBILCOCK, 1981) ressalta que as tarifas *Zollverein* não satisfaziam para dar proteção efetiva à indústria nascente, pois os fabricantes de ferro permaneceram sem tarifas até 1844 e seguiram carecendo de proteção eficaz até depois disso. O Estado prussiano resistia constantemente à pressão política dos outros Estados-membros da *Zollverein*, que reivindicavam tarifas mais elevadas. A tarifa *Zollverein* encerrou-se no final da década de 1870, em consequência do acordo bilateral de livre comércio com a França, em 1862, e da redução da alíquota de aço, em 1870.

Tabela 1 – Taxa tarifária dos produtos manufaturados<sup>1</sup> (em porcentagem de valor)<sup>2</sup>.

Nações	1820	1875
Reino Unido	44-55	0
Alemanha	8-12	4-6
EUA	35-45	40-50

Fonte: Bairoch (1993) Apud Chang (2004)

Notas:

<sup>1</sup>Elaborado por Chang (2004, p.36)

<sup>2</sup>Médias ponderadas oferecidas por Bairoch.

Nota-se a partir da Tabela 1, que a taxa de proteção da Alemanha sobre os produtos manufaturados era muito pequena, frente a da Inglaterra nos anos de 1820 e dos Estados Unidos em 1820 e 1875.

A partir de 1840, com o crescimento do setor privado, diminuiu a interferência do Estado alemão no desenvolvimento industrial. Entretanto isso não significou recuo, e sim a transição de um papel diretivo para um mais orientador. O Estado direcionou os investimentos para as bolsas de estudos, aos subsídios para empresários competentes e à organização de máquinas e processos industriais novos (TRIBILCOCK, 1981, apud CHANG, 2004, p. 65).

Chang (2004) ressalta que não se pode subestimar a importância da política tarifária e a cartelização no desenvolvimento das indústrias pesadas na Alemanha. De acordo com Tilly (1996, apud Chang, 2004), as tarifas possibilitaram a formação de cartéis da indústria pesada, permitindo assim que as empresas investissem e inovassem de forma mais agressiva. Além disso, a Alemanha recentemente unificada, instituiu uma moderna política social, que contribuiu para a manutenção da paz e para promoção de investimentos, apesar de ainda ser um país muito dividido em política, religião e região.

Conforme Freeman (2008), a tradição da gestão alemã era pesadamente influenciada por profissionais engenheiros, que tiveram status elevado e altas recompensas. A introdução de novas tecnologias era uma das características que diferenciou o sistema alemão da indústria britânica, além de uma alta qualidade no lado técnico.

A importância deste caminho de longo prazo era de algum modo confinado à indústria. Também foi extremamente importante a atuação do governo, por exemplo, no financiamento de investigação e educação, bem como em medidas para promover indústrias estratégicas e instituições financeiras. A transferência de tecnologia promovida e coordenada pelo Estado prussiano foi altamente bem sucedida, as indústrias de máquinas operatrizes e a construção mecânica da Alemanha passaram a ser capazes de projetar e fabricar máquinas necessárias para fazer locomotivas a vapor no país nas décadas de 1840 e 1850, o que criou condições para ultrapassar a Grã Bretanha (FREEMAN, 2008, p. 510).

Freeman (2004, p. 560) salienta que a importante invenção do século XIX do país foi a descoberta do método de invenção em laboratório de pesquisa profissional. As universidades alemãs foram as primeiras a institucionalizar um sistema de laboratórios de ciências e formação de pós-graduação através de pesquisas de laboratório, que mais tarde tornou-se característica do ensino das ciências em geral. Isto foi especialmente importante para a nascente indústria química alemã. Para Freeman, foi a indústria alemã de anilinas

sintéticas que primeiro percebeu a lucratividade de se estabelecerem as atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos químicos em uma base mais regular, sistemática e profissional.

### **2.3.1 Síntese da trajetória de desenvolvimento da Alemanha**

No pensamento de List (1983, 1986), a Alemanha passou por diversas dificuldades para o progresso, tanto na agricultura quanto na indústria. Faltava-lhe um desenvolvimento harmonioso entre indústria e comércio e a respectiva complementaridade de oferta agrícola dependia de uma contraparte de arranjo político que integrasse os grupos agrícolas – nobres e produtores – à dinâmica de desenvolvimento urbano, comercial e manufatureiro.

Conforme List (1983, 1986), no momento em que a Alemanha começou a apresentar certo progresso, a Inglaterra com sua oferta de manufaturas melhores e mais baratas, impediu o crescimento das forças produtivas dessa nação. Além da concorrência da Inglaterra, as tarifas protecionistas germânicas, além de não serem tão elevadas, conforme a Tabela 1, eram destinadas somente para alguns produtos de outros Estados da União Germânica, danificando o comércio entre os Estados alemães. A partir da Associação Alfandegária entre os Estados Alemães é que a Alemanha como um todo começou a desenvolver seus setores produtivos e comerciais.

List (1983, 1986) assinala que o progresso intelectual era uma característica positiva para o desenvolvimento alemão, ligado a investimentos em instrução, ciência e arte, da moralidade e dos objetivos do bem público. A tradição de investimento em formação intelectual, principalmente técnica, é reafirmada por Chang (2004) e Freeman (2008).

Os relatos de Philip (1980), Hobsbawm (1977), Tilly (1978), Chang (2004) e Freeman (2008) em relação à história produtiva e comercial alemã convergem para a perspectiva de List (1983, 1986). Dentre os aspectos destacados pelos autores estão: a agricultura direcionada na produção de lã e cereais; a chegada de imigrantes a Alemanha que resultou em progresso no setor industrial, principalmente na indústria têxtil (lã, seda); e a associação alfandegária que unificava os Estados alemães (Zollverein) articulando um elevado progresso nas forças produtivas nacionais.

Chang (2004) apresenta em sua descrição que as taxas de proteção alemã eram moderadas frente as praticadas pelos ingleses e norte-americanos. List (1983, 1986) tinha consciência de que a proteção tarifária da Prússia era moderada e irregular. Porém, acreditava que seria importante elevá-las a fim de obter condições para a organização das forças

produtivas. A Tabela 1 revela que as taxas alfandegárias alemãs relativamente baixas de 1820 repetiram-se em 1875, e informações complementares de Philip (1980) e Freeman (2008) e de Chang (2004) dão conta de um desenvolvimento industrial coordenado pelo Estado alemão ao final do século XIX. Este conjunto de informações adicionais configura uma rota de desenvolvimento que prescindiu de tarifas externas elevadas.

O Quadro 3, a seguir, resume as principais afirmações dos autores consultados.

Quadro 3: O desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha.

Autores	Agricultura	Indústria	Comércio
List (1983/86)	- lã - cereais	- Manufatura da lã, seda, joias, chapéus, porcelana; - Progresso intelectual e cultura mental; - Incentivo nos transportes.	- Associação alfandegária. (Zollverein).
Philip (1980)	-lã; - cereais.	- Fábricas de fiação; - Carvão e ferro fundido.	- Zollverein.
Hobsbawm (1977)	- cereais.	- Estradas de ferro;	-
Tilly (1978)	- lã; - grãos; -superprodução agrícola.	- setor têxtil.	-
Chang (2004)	-	- Inovação nos setor de maquinas. -Ferro fundido.	Zollverein. Tarifas alfandegárias de importação relativamente brandas.
Freeman (2008)	-	- formar os artesãos, técnicos e tecnólogos. - indústria química.	-

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 4 compara as descrições de List e demais autores consultados.

Quadro 4: Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento da Alemanha

	Alemanha
<b>Pontos semelhantes a List</b>	Os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977), Tilly (1978), Chang (2004) e Freeman (2008) convergem com List sobre o desenvolvimento agrícola e industrial da nação. Um marco importante foi Associação Alfandegária entre os Estados e juntamente com um Estado Atuante. A agricultura, até a primeira metade do século XIX, aumentou lentamente a sua oferta, limitada pela estrutura social feudal rural.
<b>Complementos aos relatos de List</b>	Chang (2004) destaca que a proteção tarifária contra terceiros do Zollverein foi branda frente ao de outros países. Isto contraria a ênfase que List deu a este fator. A capacidade de coordenação política e econômica do Estado, a organização do aprendizado técnico, bem como a livre circulação comercial interna ao bloco, ganham relevo como elementos de

Fonte: Elaborado pela autora.

## 2.4 OS ESTADOS UNIDOS

No capítulo nove do “Sistema Nacional de Economia Política”, List apresenta os esforços dos norte-americanos para a organização produtiva daquela nação em meados do século XIX. O autor descreve que os Estados Unidos estavam em estado intermediário de desenvolvimento, aquém do poder econômico e político da Inglaterra. O país passou por várias dificuldades, desde a sua Guerra por Independência até a sua guerra interna de secessão. List esteve exilado nos Estados Unidos entre 1825-30, oportunidade na qual teve reiterados contatos com o pensamento de Alexander Hamilton.

Hamilton (2009, p. 22 e 23) compara a agricultura e a manufatura explicitando o comportamento desses setores e qual deles seria mais eficiente nos Estados Unidos. Na agricultura havia riscos advindos do clima, bem como da fertilidade da terra, com um considerável grau de imprevisão na forma de cultivá-la. Na manufatura, o artesão poderia fabricar o mesmo produto sem se esforçar na medida em que os demais trabalhadores se dedicam a tarefas complementares na mesma atividade e ocorre o desenvolvimento de técnicas uniformes de produção. E dessa mesma forma, poder-se-ia ter um como certo que as manufaturas ampliariam a produtividade humana. O trabalho empregado nas manufaturas era mais constante, uniforme e engenhoso do que o empregado na agricultura, e também mais produtivo.

Hamilton (2009, p. 38) ressalta que os Estados Unidos não podiam comercializar com a Europa em condições de igualdade. A falta de reciprocidade os tornava vítimas do sistema europeu que forçava o país a restringir seus anseios à agricultura e a abastecer-se das manufaturas importadas. A constante e crescente necessidade americana de bens europeus e a parcial e ocasional demanda dos seus, em troca, os expunha a uma situação de empobrecimento, em lugar da riqueza a qual a vantagens naturais e políticas lhes dariam direito a aspirar. Consequentemente, competiria aos norte-americanos esforçarem-se para ficarem menos dependentes de combinações políticas do exterior.

Conforme Hamilton (2009, p. 19), os obstáculos que dificultavam o progresso do comércio exterior dos Estados Unidos induziriam a sérias reflexões sobre a necessidade de ampliar a esfera do comércio interno. A agricultura, em um primeiro momento, seria mais promissora, devido às imensas extensões de território fértil, virgem e inabitado, fatores que tornavam vantajoso o emprego e o capital convertido em fazendas produtivas. O problema

que ele aponta é que, a concorrência estrangeira e a “força do hábito” impediriam que novas indústrias, que em breve poderiam ser competitivas internacionalmente - as indústrias nascentes -, se desenvolvessem no país, a menos que uma ajuda governamental compensasse os prejuízos iniciais.

Hamilton (2009, p. 39) afirma que as manufaturas tendem a promover um cultivo mais constante e intenso das terras ocupadas, em relação ao que ocorria na sua ausência, na medida em que seu desenvolvimento cria demanda interna ao país para matérias-primas agrícolas. As manufaturas podem compensar o país por qualquer diminuição no avanço de novas colonizações e podem servir para aumentar tanto o capital como os rendimentos das terras, embora reduzindo o número de acres cultivados.

Hamilton (2009) conta que montantes de capital estrangeiro sejam investidos em melhoramentos produtivos e em estabelecimentos industriais nos Estados Unidos. Embora originalmente estes capitais possam ser atraídos com intenções puramente especulativas, eles podem ser convertidos em interesses da agricultura, do comércio e da manufatura. Para retê-los não pode haver nada mais efetivo do que desenvolver uma esfera de oportunidades nas quais se possa dar-lhes um emprego útil.

De acordo com List (1986, p. 73), por volta dos anos de 1750 os Estados Unidos eram abastecidos pela Inglaterra tanto no comércio como na indústria. O monopólio dos ingleses no setor industrial foi uma das principais causas da Revolução Americana, as taxas alfandegárias sobre o chá apenas proporcionaram uma oportunidade para a sua eclosão.

List (1983, p.74) ressalta que os norte-americanos foram libertados das restrições impostas pela Inglaterra, e estavam em posse de todos os recursos materiais e intelectuais para a necessidade da indústria. Após a independência, a nação dependia de seus próprios recursos para se desenvolver. Durante a guerra de independência, os Estados livres da América do Norte receberam um poderoso estímulo nas manufaturas, que por sua vez teve o efeito de beneficiar a agricultura a tal ponto que, mesmo com a devastação da guerra, o valor das terras e da taxa de salários nesses Estados aumentou inesperadamente. No entanto, a constituição defeituosa dos Estados livres introduziu um sistema comercial falho, que impunha insuficiente taxação às importações, e conseqüentemente os ingleses entraram novamente no mercado americano, preenchendo a demanda interna do país não atendida pelas manufaturas locais. A prosperidade que tinha surgido durante a guerra desapareceu muito mais rapidamente do que tinha crescido.

Em 1789, no governo de James Madison<sup>14</sup>, foi inserida a primeira lei aduaneira norte-americana. Apesar de serem impostas e taxas razoáveis à importação dos produtos manufaturados, os efeitos foram positivos, auxiliando ao crescimento da nação nos setores de manufatura, comércio e agricultura. Entretanto, essa proteção demonstrou-se inadequada, em efeito das suas leves taxas era facilmente inutilizado pelos fabricantes ingleses, que contavam vantagem de seus métodos e processos de produção mais elaborados. O Congresso elevou as taxas de importação sobre os produtos manufaturados a 15%, mas isso só ocorreu em 1804 quando foi obrigado, em face da ausência de receitas alfandegárias, a procurar novas fontes de receitas. Os norte-americanos estavam esgotando seus argumentos em favor do protecionismo, enquanto os ingleses continuavam a defender o livre comércio (LIST, 1983, p.74).

Conforme List (1983, p.74), as manufaturas norte-americanas começaram a progredir a partir de 1789, juntamente com um crescimento pequeno na navegação. Com a proteção da tarifa de 1804, as manufaturas norte-americanas conseguiram manter-se. No entanto, o setor industrial sucumbiria à concorrência inglesa se não fosse pela ajuda do embargo e declaração de guerra de 1812<sup>15</sup>. Em consequência desses eventos, assim como na época da Guerra da Independência, as fábricas americanas receberam um impulso tão extraordinário, a ponto de não somente suprirem a demanda interna como começarem a exportar seus produtos. A partir de 1815 a produção de lã e algodão conectou-se a um crescimento elevado na produção manufatureira; esta ligação criou inúmeros empregos. Com o crescimento do setor manufatureiro, ocorreu uma rápida elevação de todos os preços.

Após o Tratado de Gand<sup>16</sup>, o Congresso decretou que as taxas alfandegárias fossem aumentadas de 100%; e durante o período de vigência desta política o país continuou a prosperar. Entretanto, o próprio Congresso, coagido pelos poderosos interesses privados que se opunham aos fabricantes nacionais, e convencido pelos argumentos dos teóricos da economia, resolveu, no ano de 1816, fazer uma considerável redução nas taxas aduaneiras, causando os mesmos efeitos de 1786-1789, ou seja, a ruína das manufaturas, a falta de mercado para a produção nacional, queda no valor da propriedade e calamidade geral entre os proprietários de terras (LIST, 1983, p. 75).

De acordo com List (1983, p. 76), em 1828 as tarifas de importação dos Estados Unidos voltaram a ser majoradas e o setor industrial cresceu de forma inacreditável,

---

<sup>14</sup> Presidente dos Estados Unidos (1809 a 1817).

<sup>15</sup> Estados Unidos declaram guerra à Inglaterra.

<sup>16</sup> Ao final da Guerra de 1812 (1812-1814) fixava a fronteira norte com o Canadá, domínio inglês.

principalmente na manufatura do algodão e da lã. A miséria, a brutalidade e o crime eram desconhecidos entre a população manufatureira dessa nação. Pelo contrário encontrava-se a mais rigorosa moralidade e decência por parte dos trabalhadores na manufatura.

List (1983, p.76) aborda que nenhuma nação teria sido tão mal interpretada e julgada em seu destino e quanto a sua economia nacional quanto os Estados Unidos. Os próprios teóricos Smith e Say afirmavam que o país estava predestinado a produção agrícola. Essa percepção desfazia as condições de algumas dúzias de repúblicas novas, jovens e cheias de aspirações. O que os teóricos acima não previam é que o país tomaria uma decisão de bem-estar da nação contrária ao livre comércio.

Na perspectiva daqueles teóricos – Smith e Say - um país como os Estados Unidos, o qual permanecia ainda com terras não cultivadas e onde os salários eram elevados, não poderia empregar sua riqueza material e aumento populacional de maneira melhor do que no setor agricultura. Somente quando tivesse atingido seu desenvolvimento completo na agricultura naturalmente surgiriam as manufaturas, sem forçar o curso dos eventos. Persistir em um desenvolvimento artificial no setor manufatureiro não somente resultaria a danos aos países que há anos beneficiavam-se da civilização, como também afetariam negativamente o próprio país (LIST, 1983, p.77).

List (1983, p. 77) defende que os americanos, com o seu bom senso e o instinto que os fez discernirem o que era necessário para a nação, acabaram com a crença das propostas dos teóricos. Além disso, os norte-americanos haviam aprendido com a experiência da agricultura, que não se pode atingir estágio elevado de prosperidade se não assegurar para o futuro a troca de produtos agrícolas por artigos manufaturados, que quando um agricultor vive na América e um manufator na Inglaterra, não é raro que o intercambio seja interrompido por guerras, crises comerciais ou tarifas estrangeiras<sup>17</sup> e, por conseguinte, para alcançar o bem-estar nacional o agricultor deve estar bem próximo do manufator.

List (1983, p. 78) ressalta que os americanos vieram a perceber que uma grande nação não se destacava somente pelas vantagens materiais imediatas, mas pela civilização e poder que são posses mais importantes e desejáveis do que mera riqueza material. De acordo com List (1983), o próprio Adam Smith afirmava que isso só poderia ser retido e garantido pela criação de uma produção manufatureira própria.

Conforme List (1983, p. 78), foi através das costas do Atlântico que os colonizadores europeus e a civilização europeia deram início ao progresso. Na costa leste,

---

<sup>17</sup> As exportações americanas foram afetadas pelas restrições das *Corn Laws* inglesas desde 1815.

subsequentemente, nasceram os Estados populosos e ricos, nos quais se estruturou a pesca marítima e o comércio costeiro que, por sua vez, levou a um aumento da força naval. Era através desses Estados da costa atlântica que se processava o comércio exterior do país e através deles que o país recebia a população excedente, o material, o capital e as forças intelectuais da Europa.

A economia americana era muito diferente da economia inglesa. A economia nacional inglesa tinha por prioridade produzir manufaturas para todo o mundo, monopolizar todo o poder manufatureiro, mesmo às expensas das vidas de cidadãos, para manter o mundo e, suas colônias, e um estado nascente e submissão pela administração política, bem como pela superioridade de seu capital, de suas capacidades e sua Marinha de Guerra. O escopo da economia política americana vislumbrava um desenvolvimento econômico no mercado interno, pela combinação do crescimento da agricultura, indústria e infraestrutura e adicionalmente, a segurança deste desenvolvimento doméstico com tarifas protecionistas – naturalmente direcionadas contra os ingleses (LIST, 2009).

Quanto ao desenvolvimento dos norte-americanos, Philip (1980, p.108 e 109) aborda que eles passaram por várias dificuldades para conquistar sua independência. Os colonos tinham emigrado para América por estarem fartos com o governo autoritário inglês. A intenção dos colonos era criar uma sociedade de camponeses, de pequenos artesões e comerciantes completamente independentes de qualquer autoridade superior. Por isso, após a independência foi criada uma Constituição cujo fim era o equilíbrio de forças entre os Estados federados e o governo central, entre o executivo e o legislativo no interior do governo federal, entre os representantes do povo e o Senado no interior do legislativo – sendo o conjunto, por sua vez, encabeçado por um Tribunal Supremo.

Conforme Philip (1980, p.111), com a independência adquirida e a Constituição elaborada e ratificada, os colonos avançaram para o oeste e novos estados foram constituídos, cada qual dotado da sua administração própria e conservando o privilégio de emissão de notas. Assim se instalavam e se multiplicavam pequenos bancos emissores de moedas.

De acordo com Philip (1980, p. 108 e 113), nesse período o setor agricultura caracterizou-se pela valorização de novas terras. Os adiantamentos fornecidos pelos camponeses financiaram algumas das primeiras indústrias, e foi a partir da procura por produtos por parte dos camponeses que se constituíram os mercados internos da indústria nascente. A industrialização foi introduzida por um sistema industrial doméstico, destacando-se os artesões e os pequenos industriais do ramo têxtil.

De acordo Philip (1980, p. 118), a partir 1815 desenvolveu-se a navegação marítima costeira. Em 1850, graças aos barcos a vapor, os percursos de navios têm o seu tempo reduzido nas rotas dos grande lagos. A partir de 1830 os americanos conhecem grande expansão econômica, com ampliação de *State Banks* com privilégios de emissão, esboça-se uma inflação geral cujo principal objetivo é estimular a produção e provocar uma alta nos preços. Entretanto, em poucos anos essa inflação provocou uma crise, levando ao desemprego muitos operários.

Em 1840 teve início a construção de linhas de ferro, predominantemente no norte e na região centro-oeste. Ocorreu o lançamento das primeiras companhias de caminhos de ferro; para encorajar esse investimento, o Estado fez concessões de terra às companhias na extensão de vinte quilômetros de cada lado da via férrea. A terra é revendida e se torna objeto de especulação, sendo comprada pelos grandes proprietários. Com o decorrer do tempo foram acrescentadas grandes vias férreas transcontinentais (PHILIP, 1980).

Conforme Hobsbawm (1977, p. 58), na década de 1790 as plantações escravagistas do sul dos Estados Unidos foram aumentadas e mantidas pelas demandas das fábricas de Lancashire (noroeste de Inglaterra), às quais forneciam a grande parte da sua produção de algodão bruto. Os Estados Unidos ressentiam-se da falta pura e simples de uma colonização e de meios de transporte para explorar seu imenso território e seus recursos aparentemente ilimitados. O mero processo de expansão interna foi bastante para manter sua economia em um crescimento quase ilimitado, mediante os colonizadores, governos, missionários e comerciantes americanos que migravam em direção à costa do Pacífico.

Hobsbawm (1977, p. 250) ressalta que havia um grande entrave que atrapalhava a conversão dos Estados Unidos em uma potência econômica mundial: o conflito entre o norte agrícola e industrial e o sul semicolonial. Enquanto o norte se beneficiava absorvendo capital, mão de obra e habilidades da Europa - e notadamente da Grã-Bretanha - como uma economia independente, o sul absorvia pouco destes recursos e era uma economia tipicamente dependente da Grã-Bretanha.

O norte e o sul competiam pelos territórios do oeste. O sul queria desenvolver novas plantações agrícolas mediante a utilização da mão de obra escrava e o norte queria para lá vender máquinas agrícolas e lá constituir os matadouros de grande porte. O futuro da economia americana só seria decidido na Guerra Civil de 1861-5 - que foi, de fato, a unificação da América através do capitalismo do norte (HOBBSAWM, 1977, p. 250).

De acordo com Chang (2004, p.52), na época de independência dos Estados Unidos, os interesses do Sul agrário se opunham ao protecionismo, enquanto o Norte defendia a

proteção de suas manufaturas. Os Estados do Sul ainda estavam interessados em importar nos bens manufaturados da Inglaterra, pois eram de melhor qualidade e não haviam implantado indústrias em seu território. Enquanto, os Estados do Norte e do Oeste estavam começando a proteger suas manufaturas de pouco valor agregado, como lã, linho e bebidas alcoólicas. Isso causou uma tensão entre os Estados do Norte e do Sul.

Em 1832, aprovou-se uma nova lei alfandegária beneficiando especificamente o ferro e o setor têxtil com elevadas taxas de proteção de 40% do valor das mercadorias. Os períodos seguintes entre 1846 e 1861 foram rotulados como “protecionismo moderado”, isso porque, a lei de 1846 trouxe uma redução no protecionismo, ainda que o imposto médio *ad valorem* sobre as 51 categorias mais importantes de bens importados continuasse sendo 27%. Houve uma redução em 1857, dessa vez viabilizada pela aliança dos democratas com os fabricantes de roupas, que queriam incluir a lã crua na lista livre, e com interesses das ferrovias, que queriam o ferro importado isento de tarifas. Todavia, esse protecionismo foi considerado moderado apenas nos padrões históricos dos Estados Unidos (CHANG, 2004, p. 52). Comparando-se com as taxas praticadas por Reino Unido e Alemanha, informadas na Tabela 1( p. 42), revela-se um protecionismo elevado.

Para Chang (2004, p. 53), a tensão entre o Norte e o Sul, envolvendo a tanto a questão tarifária quanto ao trabalho servil, persistiu e acabou desembocando na Guerra de Secessão (1861-1865). Posto que seja comum atribuir esse conflito especificamente à questão da escravidão, a verdade é que as tarifas foram uma causa importantíssima. Enquanto a abolição da escravatura não passava de uma possibilidade teórica, é impossível subestimar a relevância da questão tarifária como causa da Secessão. O norte queria proteção tarifária para produzir mais manufaturas e acesso à produção primária do sul. Com a vitória do Norte na Guerra de Secessão, os Estados Unidos continuaram a ser obstinados adeptos a proteção da indústria nascente até Primeira Guerra Mundial.

No início do século XIX, os Estados Unidos não só foram os mais fortes defensores das políticas protecionistas, como também a sede intelectual desse pensamento. Na época, os intelectuais norte-americanos tinham convicção de que um país novo exigia condições econômicas diferentes do Velho Mundo (CHANG, 2004, p. 62).

Na perspectiva de Chang (2004, p.62), a indústria americana no século XIX não precisava de toda proteção de que dispôs, e muitas tarifas perduraram mais do que foram úteis. Também cabe destacar o papel desempenhado do governo no desenvolvimento infraestrutural e no apoio em P & D.

De acordo com Freeman (2008, p. 103), até a primeira metade do século XIX, apesar de uma rica dotação de recursos naturais e muitas instituições favoráveis, o crescimento dos Estados Unidos fora retardado pela falta de adequada infraestrutura de transportes para o devido aproveitamento da dotação do tamanho do país. O advento das ferrovias capacitou os empresários norte-americanos a avançarem muito mais rapidamente do que o resto do mundo. Inicialmente o país importava boa parte da tecnologia da Europa, mas desde o começo os inventores norte-americanos foram modificando e reformulando essas tecnologias para adequá-las as circunstâncias dos EUA.

Freeman (2008, p. 104) argumenta que os primeiros imigrantes foram coagidos, por uma questão de sobrevivência, a aprender através da prática as técnicas agrícolas adequadas ao continente norte-americano, e desde cedo surgiu uma pesquisa agrícola com o forte apoio público. Enquanto na Europa feudal as instituições retardavam tanto o desenvolvimento agrícola como o industrial, os Estados Unidos nunca tiveram qualquer instituição feudal, seja na agricultura ou em qualquer outra parte da economia.

Já na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento de uma forma especificamente norte-americana de poupar mão de obra, ou seja, a trajetória tecnológica capital intensiva para produção mecanizada e padronizada, permitiu que a indústria do país viesse a ultrapassar os britânicos por volta de 1850. À medida que o século avançava, as técnicas de engenharia de produção em larga escala e as altas taxas de produção e de circulação se tornaram mais plenamente exploradas e mais amplamente difundidas. Os administradores de empresas tornaram-se mais experientes na organização e no financiamento de grandes firmas voltadas para a criação e exploração de mercados massificados (FREEMAN, 2008, p. 104).

Para Freeman (2008, p.107), no final do século XIX os Estados Unidos obtiveram um significativo aumento na oferta de ferro e aço em relação à produção do início do século. Tal aumento tornou-se possível através de diversas inovações radicais de processos, notadamente a adoção e a difusão do processo Bessemer, o primeiro processo industrial de baixo custo para a produção em massa de aço a partir de ferro gusa fundido. A indústria do aço dos EUA não apenas liderou a produção em larga escala em equivalência de magnitude com as indústrias da Alemanha e Grã-Bretanha, mas também esteve à frente no desenvolvimento dos aços especiais. O aço melhorado possibilitou o aparecimento de distintos novos produtos, instrumentos e processos, especialmente nos campos do maquinário, da engenharia e das construções. Os novos aços provaram ser amplamente superiores aos convencionais tanto no uso de máquinas de alta velocidade quanto sua resistência à abrasão

Não somente na engenharia pesada, na maquinaria e nos equipamentos e nos armamentos de aço que se encontrou uma vasta variedade de novas aplicações. Muitas indústrias de bens de consumo deveram tanto sua existência, bem como acelerado crescimento, principalmente à abundante disponibilidade de aço barato. Esse foi o caso, por exemplo, da indústria de alimentos enlatados, que estava crescendo rapidamente nos EUA desde a Guerra Civil, e depois expandiu pela Europa. A substituição das tiras de ferro por aço nas latas e a introdução de galvanização para o processo de sedimentação da folha de flandres revolucionaram esta indústria (FREEMAN, 2008, p. 115).

Para Freeman (2008), os empresários norte-americanos destacavam-se no aumento de escala dos processos de produção e na inovação de maquinários e de sistemas produtivos projetados para servir mercados muito grandes. A dimensão da infraestrutura de transportes e comunicação (ferrovia e telégrafos) que em meados do século XIX, permitiram aos Estados Unidos tirar proveito de sua ampla dotação de recursos naturais e seu vasto território para obtenção de suas economias de escala não foi encontrada em qualquer outro lugar do mundo. As ferrovias também deram ampla contribuição para o desenvolvimento das técnicas de administração para grandes empresas. As estradas de ferro tinham de lidar com grande volume de operações estatísticas, de comunicação de longo alcance, altos investimentos em capital fixo e um intenso desenvolvimento técnico. Conforme o autor as políticas de incentivo em Pesquisa & Desenvolvimento incentivaram os países da União Soviética e do Leste Europeu a seguirem o modelo dos Estados Unidos.

#### **2.4.1 Síntese do desenvolvimento dos Estados Unidos**

List (1983) tinha apreensão com as consequências das guerras de independência e consolidação da soberania dos Estados Unidos. List (1983) argumenta que a intenção não era separar a produção industrial do setor agrícola e sim ambos caminharem juntos para promover o comércio. Identifica o ano de 1837 como o início desta harmonia. Seu pensamento é bastante influenciado por Hamilton (2009) que trabalhara pela organização produtiva dos setores agrícola, industrial e comercial mediante um governo atuante.

Nota-se que para a trajetória nacional de desenvolvimento dos Estados Unidos, o pensamento de List equivale aos argumentos Philip (1980), Chang (2004), Freeman (2008), Hobsbawm (1977) e Hamilton (2009:1791) trazendo a realidade econômica de uma nação jovem que soube harmonizar os setores, agrícola, industrial e comercial e começou a progredir em larga escala. De acordo como os autores, as forças produtivas nacionais

progrediram com a produção no algodão e lã; a indústria manufatureira começou a evoluir a partir das altas taxas alfandegárias, principalmente a indústria têxtil e a metal - mecânico; e as elevadas taxas alfandegárias protegeram a indústria e comércio norte – americano.

List descreve que nos períodos em que o país teve pouca proteção a manufatura entrou em ruína. Chang (2004) argumenta que o nível e o tempo de proteção foi excessivo. Na Tabela 1, nota-se que as taxas de proteções dos Estados Unidos foram extremamente elevadas em meados do século XIX, foi nesse momento que o país começa a elevar suas forças produtivas de acordo com List e os demais autores de história econômica.

Ao comentar que os Estados Unidos absorveram capital mental e material da Europa aportados à costa leste, List (1983) abriu-se em algum momento à perspectiva apontada pelos autores contemporâneos, a de que as políticas inglesas de atrasar as nações emergentes representam uma verdade parcial. Admitindo-se que a Inglaterra fosse dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos mesmo após a independência, pelos canais comerciais anteriores e facilidade de língua, parte da população e do capital mental e material em migração era inglês.

O Quadro 5 resume as principais afirmações dos autores consultados.

Quadro 5: O desenvolvimento das forças produtivas dos Estados Unidos

Autores	Ano	Agricultura	Indústria	Comércio
List	1983/86	- lã; - Algodão; - Terras não cultivadas e algumas não mensuradas em seu território fértil.	-Manufatura da lã e do algodão.	- Elevadas taxas alfandegárias; - Administração por um Estado Atuante.
Hamilton	2009	- lã; - Algodão; - Território fértil, virgem e inabitado.	-Manufatura da lã e do algodão.	Forte proteção, com um Estado atuante.
Philip	1980	- Valorização em novas terras.	- Ramos têxtil. - Caminhos de ferro. - Indústria Química. - Vias férreas transcontinentais.	- Equilíbrio entre o Estado e o Governo Federal, fez com que adotassem medidas protecionistas.
Hobsbawm	1977	- Algodão bruto.	- Ferrovia transcontinental.	- Fortes medidas protecionistas.
Chang	2004	-	Manufatura de produtos têxteis e ferro.	- Fortes medidas protecionistas.
Freeman	2008	- Dotação de recursos naturais; -Pesquisa na área agrícola.	- Ferrovias; - Manufatura de ferro e aço; - Intensificação de capital e	-

			gerenciamento de fluxos de produção em larga escala.	
--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 6 compara as descrições de List e demais autores consultados.

Quadro 6: Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento dos Estados Unidos da América.

	<b>Estados Unidos</b>
<b>Pontos semelhantes a List</b>	Os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977), Chang (2004) e Freeman (2008) convergem com List quanto aos estágios de desenvolvimento da nação, apresentando o conflito política norte-sul, o desenvolvimento dos transportes, o potencial promissor de um território e uma população em expansão e a política de forte proteção alfandegária.
<b>Complementos aos relatos de List</b>	Freeman (2008) acrescenta que já na primeira metade do século XIX ocorreu uma intensificação de capital e capacitações organizacionais para explorar a dimensão e a comunicação continental, iniciando-se a produção e distribuição em larga escala. Chang (2004), a partir do estudo do desenvolvimento de outras nações, argumenta que a proteção tarifária tão elevada e persistente como a verificada nos Estados Unidos não seria necessária.

Fonte: Elaborado pela autora.

## 2.5 CONCLUSÕES A RESPEITO DAS TRAJETÓRIAS DE NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Verificou-se uma significativa similaridade entre os conteúdos apresentados por List (1983, 2009) e as interpretações de historiadores econômicos posteriores. Percebe-se que a descrição de List (1983, 2009) é menos detalhada em alguns aspectos do que a produção, por vezes mais específica no objeto e no tempo, dos demais autores. Há elementos adicionais nos relatos dos autores mais modernos consultados que, a despeito de sua importância para a composição de um quadro referencial histórico, não configuram a identificação de uma realidade radicalmente distinta. Tampouco há em List (1983, 1986) lacunas a ponto de descaracterizar o grau de desenvolvimento das nações.

List (1983, 2009) teve o acesso aos relatos de Hamilton (2009), leu suas considerações sobre a importância dos investimentos de capital estrangeiro, e inclusive escreveu sobre a importância da Costa Leste dos Estados Unidos como porta de entrada do capital intelectual e material vindo da Europa. No entanto, esta é uma afirmação circunscrita aos Estados Unidos; List (1983, 2009) deu maior ênfase aos óbices impostos pela Inglaterra.

Entre os complementos aos relatos de List está o que dá conta de que se, por um lado, a Inglaterra com suas Leis de Navegação, poder naval e abertura de importações de matérias-primas agrícolas procurava limitar o crescimento de outras nações, por outro, era fonte de transbordamento de conhecimentos produtivos e capital, bem como exemplo de sucesso com seu progresso industrial e sua estratégia comercial. Hobsbawm (1977) afirma isto reiteradas vezes e apresenta como exemplo a absorção de capital e mão de obra especializada europeia pela parte norte dos Estados Unidos; Philip (1980) relaciona os investimentos iniciais em ferrovias na Alemanha a capitais ingleses; e Freeman (2008) exemplifica um caso de transbordamento de conhecimento da Inglaterra para os Estados Unidos.

Atualmente há evidências de que a proteção tarifária não era tão importante para o desenvolvimento nacional como supunha List (1983). Embora ele percebesse que o processo de constituição das forças produtivas era bem mais amplo e profundo do que uma política de restrições às importações, em sua percepção a magnitude elevada e de aplicação regular durante longo período seria fundamental. Os dados apresentados por Chang (2004) revelam, para o caso da Alemanha, que a magnitude das tarifas não é necessariamente tão importante.

A descrição de List (1983, 1986) sobre a evolução agrícola da Alemanha, embora corroborada em linhas gerais pelos demais autores, não é claramente referenciada no tempo. Em parte isto se deve ao longo período de práticas feudais na organização da produção agrícola na Alemanha. Tilly (1978) e Philip (1980) proporcionam o acréscimo de informações objetivas, datadas, que permitem precisar que a agricultura esteve com sua produção condicionada a normativas feudais, principalmente no oeste da Alemanha, da Idade Média até a metade do século XIX. Em paralelo a isto, Philip (1980) informa que o setor industrial conservou essencialmente o regime do artesanato doméstico disperso pela província até 1860. O regime de artesanato é superado nesta data concomitantemente à substituição da lã pelo algodão na tecelagem.

### 3 A NAÇÃO NO PENSAMENTO DE GEORG FRIEDRICH LIST

#### 3.1 INTRODUÇÃO

Após identificar as rotas nacionais de desenvolvimento descritas no capítulo anterior, efetua-se a uma apresentação das principais proposições teóricas de Georg Friedrich List. Ao longo do texto também são expostos alguns argumentos de Adam Smith, autor presente como referência de discussão teórica nos textos do próprio List.

Nas leituras preliminares das duas obras mencionadas, *Sistemas Nacionais de Economia Política* e as doze cartas originalmente publicadas em *Outlines of American Political Economy*, identificaram-se dois elementos centrais das teorizações de List, em torno das quais se concentrará a descrição: *a)* os níveis analíticos da economia individual e das humanidades em relação à economia nacional e *b)* a noção de forças produtivas e do capital mental.

Ao trazer o conceito de nação, List (1983, 2009) assume uma postura crítica a proposições feitas pelo economista Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações: a investigação sobre sua natureza e suas causas*. Por esse motivo que as delimitações discorridas na sequência são demarcadas por List em aversão aos pressupostos de Adam Smith.

Para Buarque (1979, p. XIX), List rejeita o livre comércio mostrando que a mão invisível de Adam Smith é necessariamente protetora dos países mais desenvolvidos. List ainda faz uma separação entre a Economia Política e Economia Cosmopolítica. A mão invisível era, e é até hoje, um conceito demasiado elegante e intelectualmente perfeito para não ser aceito generalizadamente. Por um lado, conseguia a mágica de explicar - sem possibilidade de refutação lógica -, dados os pressupostos do egoísmo individualista.

Alguns autores contemporâneos, como Padula (2007) e Pereira & Menezes (2008) ressaltam que List não abandona a teoria liberal; pelo contrário, entende que a teoria é profícua se as nações possuírem o mesmo grau de desenvolvimento. A proposição de List valoriza a nação, que praticamente tinha desaparecido na economia política dos clássicos, dos pensadores que adotaram uma concepção internacionalista ou cosmopolítica do mundo, ignorando estar o planeta dividido segundo um critério político. O caráter da nacionalidade é o que List defende em sua obra. Um dos pontos centrais da obra de List é a questão da nação e da nacionalidade como objetos fundamentais para análise do desenvolvimento, poder e da

riqueza. Sendo que a estrutura de sua obra é fundamentada na natureza da nacionalidade, a qual é o interesse intermediário entre indivíduo e a humanidade inteira.

Em sua obra, List pensou em como economias atrasadas, como a sua Alemanha, fragmentada e subdesenvolvida, e os Estados Unidos, poderiam superar sua condição de atraso e emparelhar com as nações mais desenvolvidas, a Inglaterra de sua época, em questões de poder e riqueza – fatores que para ele eram indissociáveis – diante do cenário interno e externo. Exilado da Alemanha por defender intensamente a indústria e a moralização administrativa, List viveu nos Estados Unidos de 1825 a 1832, período em que aquele país estava em pleno processo de desenvolvimento e caminhava para se firmar como nação moderna (PADULA, 2007, p. 163).

Outro elemento teórico importante para List (1983, 2009), complementar à nação, é o conceito de forças produtivas.

Para Sandroni (2004), o conceito de forças produtivas é definido como as forças naturais apropriadas pelo indivíduo para a produção e reprodução da vida social. A parte material das forças produtivas, isto é, os instrumentos e os objetos de trabalho, constituem a base material e técnica da sociedade. A principal força produtiva, no entanto, é o próprio indivíduo que cria instrumentos de trabalho cada vez mais poderosos, aperfeiçoa seus objetos de trabalho e combina ambos no sentido de ampliar constantemente a produção. Alguns pensadores<sup>18</sup>, ressaltam que o que distingue as épocas econômicas não é o que se produz, mas como se produz. Os instrumentos de trabalho não são apenas o barômetro indicador do desenvolvimento da força do trabalho do homem, mas também o expoente das condições sociais em que se produz.

A ideia de forças produtivas de List não somente abarca o capital produtivo material, mas também as habilidades técnicas de um indivíduo e suas habilidades intelectuais (LIST, 1983). Entendido dessa maneira, o termo abrange todo investimento feito na formação do trabalhador, além de englobar e caracterizar como produtivas atividades que não estão diretamente ligadas à produção de um bem que será comercializado futuramente (PEREIRA & MENEZES, 2008, p. 94). As habilidades técnicas e intelectuais e o capital produtivo são amalgamados pela instrução, o espírito empreendedor, a perseverança, os exércitos, o poder naval e o governo. A conservação e o efeito recíproco entre a indústria, a agricultura e o comércio das nações são fundamentais para o desenvolvimento das forças produtivas.

---

<sup>18</sup> Além de List, Marx utiliza a noção de forças produtivas.

Além desta introdução, o capítulo conta com mais duas seções: A primeira seção será sobre a Economia Nacional: uma proposta de mediação entre os conceitos de Economia Individual e Humanitária, a segunda seção segue a uma proposta de List sobre as forças produtivas e o estágio de desenvolvimento de uma nação, por fim, as conclusões do capítulo.

### 3.2 A ECONOMIA NACIONAL: UMA PROPOSTA DE MEDIAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE ECONOMIA INDIVIDUAL E HUMANITÁRIA

Em seus trabalhos, List (1983, 2009) aponta suas divergências à teoria de Adam Smith, dentre elas, que o autor escocês desconsiderava a economia nacional, um âmbito intermediário entre a economia individual e a economia da humanidade. Neste caso, torna-se relevante destacar algumas passagens de Smith (1996), *A Riqueza das Nações: a investigação sobre sua natureza e suas causas*. Justifica-se que a crítica é postulada e demarcada por List questionando o cosmopolitismo de Adam Smith. As passagens de Adam Smith serão discriminadas a partir das pontuações que foram levantadas por List.

Smith (1996) considera que o trabalho de um indivíduo é um esforço para obter uma melhoria de condições de vida e bem-estar do indivíduo. Ao especializar-se em uma tarefa, o indivíduo (pessoa física ou firma), concentra a sua atenção e aprende meios mais eficazes de desempenhá-la, o que eleva a produtividade de trabalho e reduz o custo unitário. Voltando-se ao mercado, o indivíduo vende quantidades cada vez maiores à medida que esse produto é melhorado e barateado, e os meios de comunicação e o crescimento populacional proporcionem mercados mais extensos. Mediante a divisão e especialização do trabalho, o indivíduo obtém a renda para comprar as demais necessidades. Como os outros indivíduos, fazem a mesma atividade, todos produzem em maior quantidade e de forma mais barata. Conseqüentemente, com o mercado em expansão e a renda aumentando pelas vendas decorrentes da maior produtividade, todos acessam uma variedade e uma quantidade crescente de mercadorias. O bem-estar social eleva-se concomitantemente com a divisão do trabalho e a produtividade individual. Todo esse processo ocorre pelo interesse dos indivíduos de obterem renda para satisfazerem suas diversas necessidades. O interesse do indivíduo é convergente, harmônico, com o da coletividade. Sendo assim, um aumento da produtividade mediante a divisão do trabalho serve como condicionante para a satisfação do indivíduo e proporciona a riqueza de cada uma das nações.

Conforme Smith (1996, p. 73), o interesse individual *corresponde com o interesse geral*, e deve-se deixar plena liberdade de ação aos interesses privados. A liberdade se impõe

em seu sistema como consequência da satisfação entre o interesse do indivíduo e da sociedade e como consequência de fato de ser o indivíduo o único apto para discernir e buscar satisfação de seu próprio interesse.

Smith (1996, p. 74) ressalta que o indivíduo, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da disposição alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer se conseguir interessar a seu favor e beneficiar-se da autoestima dos outros, mostrando-lhes que é proficiente para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo que precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Para que isso ocorra será necessário fornecer-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes, por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que ele necessita. E assim sendo, a intensidade dessas carências dependerá de todos os serviços mútuos que os membros individuais de uma sociedade prestam um ao outro. Quanto maior a variedade de carências, tanto maior é o número de indivíduos que podem encontrar seu interesse em particular em trabalhar para o seu próprio bem e servindo aos outros.

A diferença dos talentos naturais entre os indivíduos é muito menor do que se acredita, a grande diferença de habilidade ocorre entre pessoas de distintas profissões quando chegam à maturidade, como efeito da divisão do trabalho. Isso ocorre no setor industrial, no qual, o indivíduo que trabalha em um setor específico por determinado período, sempre vai buscar melhorar suas habilidades e qualificações dentro daquele setor. O mesmo fará outro indivíduo de outro setor; irá aprimorar seus conhecimentos e suas competências a fim de utilizá-los como meio de troca pela produção de outro indivíduo. Na agricultura a divisão de trabalho seria menos efetiva porque o agricultor faz várias funções em diversos setores na sua propriedade (SMITH, 1996).

De acordo com Smith (1996, p. 67), a riqueza das nações ou o bem-estar das nações é classificado como seu produto anual per capita que, dada uma diversidade de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho útil e produtivo. O trabalho produtivo, por sua vez, gera um excedente de valor sobre o custo de reprodução. Smith (1996) enfatiza que as nações desenvolvidas ultrapassam as demais quando aumentam as suas produtividades tanto na agricultura quanto na indústria. E que o comércio é o principal agente capaz de gerar riqueza no país, ou seja, a capacidade produtiva de um país é incentivada à medida que suas relações comerciais se desenvolvem.

Na visão de Smith (1996) descrita acima, os indivíduos produzindo determinados produtos e aperfeiçoando-os poderiam trocar com outros indivíduos e por meio do comércio livre alcançar um maior bem-estar nacional. O mesmo raciocínio incidiria sobre as nações,

tratadas em sua individualidade em relação à economia global, o agregado internacional de nações; cada nação se especializaria em determinado produto e comercializaria com as demais nações, lhes venderia um produto especializado a preços competitivos e com a renda compraria a produção especializada de cada uma das outras nações, implicando o aumento de bem-estar mundial.

List (2009) menciona outro autor, Thomas Cooper<sup>19</sup> adotante incondicional dos ensinamentos de Smith (1996). List (2009) afirma que Cooper era um usuário vulgar dos ensinamentos de Smith (1996,) que rotulava a Economia Política era sinônimo de economia individual, e considerava que o plano da política nacional não constituía elemento essencial da Economia; para Cooper, seria um absurdo supor que a comunidade seja basicamente diferente dos indivíduos que a compõem. Segundo List (2009), Cooper defendia que a riqueza da comunidade não seria outra coisa senão o conjunto da riqueza de seus membros, e a nação mais rica seria aquela na qual o indivíduo tiver a maior liberdade de fazer aquilo que considerar melhor.

List (2009, p. 91) argumenta que não é antagônico ao sistema de Adam Smith, de um ponto de vista científico, seja desprovido de mérito. Ao contrário, acreditava que os princípios fundamentais da ciência somente poderiam ser descobertos pelas suas pesquisas sobre a economia de indivíduos e da humanidade. O erro confiado a Smith (1996) decorre de ele não soube acrescentar àqueles princípios gerais da relação entre as nações as modificações ocasionadas pela fração da raça humana distribuída na estrutura nacional, de não agregar às regras as exceções. Smith teria negligenciado os diferentes estados de poder, constituições, e a cultura das diversas nações.

Para List (2009, p.121), em Smith e em Say o indivíduo é classificado como um ser que apenas reconhece as suas necessidades pessoais e de sua família, ele raramente importa-se como os outros. Diferentemente, List (1983, 2009) concebe que um indivíduo, ao promover os seus próprios interesses, por vezes pode contrariar os interesses da humanidade. Nestes casos, o bem-estar geral deve ser priorizado em relação ao interesse individual, a ação política interna à nação deve restringir e regulamentar os esforços dos indivíduos para desenvolver as forças produtivas. Indivíduos necessitam de leis e regulamentações de uma comunidade, pois em uma situação contrária causariam uma verdadeira desordem. List (2009) argumenta que um indivíduo poderá ficar rico por meio de uma extrema contenção, mas se a nação como um todo seguir o seu exemplo não haverá consumo e, em consequência, inexistirá qualquer base

---

<sup>19</sup> Thomas Cooper (1759-1839), nascido em Londres, estudou Direito e Medicina na Universidade de Oxford. Cooper era considerado o mais destacado defensor nos Estados Unidos da doutrina do livre comércio.

para a indústria. Indivíduos também ficariam ricos se optassem por arriscados esquemas bancários, mas o público em geral perderia com estas práticas. Nem sempre há, na visão de List, uma harmonia entre o interesse do indivíduo e da nação. List (2009) expressa esta ideia da seguinte forma:

... esse princípio somente seria verdadeiro se os interesses do indivíduo e a nação nunca estivesse em oposição. Mas esse não é o caso. Um país pode possuir muitos homens ricos e, ao mesmo tempo o país pobre, porque não existe uma distribuição igualitária da propriedade. A escravidão pode ser uma calamidade pública para o país e, não obstante, algumas pessoas podem se dar muito bem com o exercício do comércio dos escravos e com a posse deles. A despeito de uma ausência nas instituições liberais possa ser extremamente prejudicial ao pleno desenvolvimento das forças produtivas de uma nação, algumas classes podem se beneficiar amplamente nesse deplorável estado de coisas. A nação pode sofrer com ausência de uma indústria manufatureira, mas algumas pessoas podem prosperar vendendo manufaturas estrangeiras. Os canais e as estradas de ferro podem fazer um grande bem à nação, mas todos os donos de carruagens protestarão por esses melhoramentos. Cada invenção apresenta algum inconveniente para um determinado número de indivíduo e, apesar disto, é uma benção pública (LIST, 2009, p. 122).

Distanciando-se da teoria de Smith, List (2009, p. 91) aborda que a nação é uma unidade de auxílio social da maioria de seus componentes. A nação é o ambiente que proporciona o atendimento de necessidades não apenas do presente, mas também das futuras gerações. Neste sentido, a economia política nacional ensina que por meio da nação se poderia direcionar e regular a economia do indivíduo e ainda restringir a economia da humanidade, seja para precaver restrições e poderes estrangeiros ou aumentar a produtividade interna.

Assim como o interesse do indivíduo nem sempre e naturalmente converge com a nação, também os sistemas nacionais nem sempre são harmônicos entre si. Sua atuação no comércio exterior não necessariamente leva o máximo de bem-estar mundial. Na perspectiva de List (1983, 2009), a livre concorrência será benéfica somente se as nações possuírem um mesmo grau de desenvolvimento.

Smith (1996) argumenta o objetivo da economia política de um país consiste em aumentar sua riqueza e seu poder, e isso de certa forma depende do sistema de comércio do país.

A Economia Política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a Economia Política visa a enriquecer tanto o povo quanto o soberano. O progresso diferenciado da riqueza, em épocas e nações diferentes, deu origem a dois sistemas distintos de Economia Política, no tocante ao enriquecimento da população. O primeiro pode ser denominado sistema de comércio, o segundo, sistema de agricultura (SMITH, 1996, p.413).

Seria altamente injusto, mesmo agindo com base em razões da Economia Cosmopolítica, entregar aos ingleses toda a riqueza e o poder, simplesmente porque foram eles os primeiros a estabelecer o sistema político do comércio. Certamente os ingleses não simpatizariam prontamente com ideia de estabelecer indústrias na França ou na Alemanha (LIST, 1983).

List (2009) afirma que os mestres, Smith e Say, e discípulos, Cooper, da teoria cosmopolítica não compreendem a verdadeira natureza da economia política.

... na medida em que o comércio de uma nação queira proteção contra as nações estrangeiras, mesmo a um grande custo para o país ou e até mesmo correndo o risco de uma guerra, os interesse manufatureiros e agrícolas devem ser promovidos e protegidos, mesmo com sacrifícios da maioria dos indivíduos, se eu puder provar que a nação nunca adquiriria a perfeição necessária, ou nunca poderia assegurar uma perfeição adquirida sem medidas protetoras. Isto pode ser provado e eu o provarei (LIST, 2009, p. 127).

List descreve os erros grosseiros em que incorrem a homens inteligentes e letrados se sua teoria tem uma base errada, se eles tomam os efeitos de intercâmbios de mercadorias em lugar das causas da ascensão e queda das forças produtivas. Conforme List, Smith aconselhava a comprar mais barato do que se pode produzir, contemplando apenas o ganho material ao intercambiar mercadorias por mercadorias.

Se um país estrangeiro estiver em condições de nos fornecer uma mercadoria a preço mais baixo do que o da mercadoria fabricada por nós mesmos, é melhor comprá-la com uma parcela da produção de nossa própria atividade, empregada de forma que possamos auferir alguma vantagem (SMITH, 1996, p. 439).

Para List (1983, 2009), o ganho material no comércio apontado por Smith (1996) implica a perda da força produtiva ao longo do tempo. Não existe nada mais pernicioso para uma indústria de uma nação do que eventos e circunstâncias que afetam a força produtiva de uma maneira oscilante, fazendo crescer de uma forma incomum por certo tempo um determinado ramo da indústria, paralisando-o completamente em outros tempos. Uma das primeiras medidas que uma nação deve tomar em relação a sua economia é, portanto, assegurar a sua *persistência*<sup>20</sup> através de um sistema sensato de tarifas. Quanto mais uma nação conseguir, por esses meios, a persistência no mercado e na oferta, nos preços, nos

---

<sup>20</sup> List (1983, p.197) afirma que o princípio da persistência consiste no fato de várias gerações sucessivas terem unido suas forças no sentido de atingir um mesmo objetivo, participando de maneira semelhante nas atividades necessárias para alcançar tal objetivo.

salários e nos lucros, no consumo e nos desejos da força de trabalho e nos empreendimentos - sempre promovendo os passos para adiante, sempre prevenindo retrocessos -, tanto mais essa nação conseguirá o desenvolvimento de suas forças produtivas.

A escola clássica nunca poderia chegar a resultados tão inconsistentes se não tivesse excluído completamente a política da ciência (a despeito do nome que se dá a ciência que professava), se não tivessem abnegado completamente a existência da *nacionalidade* e se não tivesse desconsiderado totalmente os efeitos da guerra sobre o intercâmbio comercial entre as distintas nações (LIST, 1983, p.129).

Em seu estado natural, uma *nação* possui uma língua e uma literatura em comum, um território extenso e dotado de múltiplos recursos naturais, contando também com suas fronteiras específicas e com a população numerosa. Em cada *nação* deve desenvolver-se na devida proporção na agricultura, nas manufaturas e no comércio e navegação; as artes e as ciências, os estabelecimentos educacionais e a cultura universal devem ocupar uma posição igual à produção material. Sua Constituição e lei devem proporcionar aos seus habitantes um alto grau de segurança e liberdade, devendo promover a religião, a moralidade a prosperidade, em uma palavra, toda essa infraestrutura da nação deve ter por objetivo o bem-estar de cidadãos. A *nação* deve, além disso, possuir poderio suficiente, na terra e no mar, para defender sua independência e para proteger seu comércio exterior. Deverá também possuir a capacidade de beneficiar a cultura e a civilização das nações menos evoluídas, e de seu capital intelectual e material (LIST, 1983).

Conforme List (1983, p. 91), por um lado seria necessário diferenciar o plano da economia dos indivíduos da economia das sociedades e, por outro, também distinguir a verdadeira Economia Política ou Nacional a qual, decorrendo do conceito e da natureza da nação, instrui a maneira determinada da nação, na situação atual do mundo e suas próprias relações específicas, pode manter e melhorar suas condições econômicas -, da Economia Cosmopolítica que se origina da suposição de que todas as nações da terra formam uma única sociedade que vive em perpétuo estado de paz.

Entre o indivíduo e a humanidade inteira existe a NAÇÃO, com língua e literatura específicas, com origem e história, com suas maneiras e costumes, leis e instituições, sendo que todos esses elementos reclamam existência própria, autonomia e aperfeiçoamento e continuidade para o futuro – acrescentando ainda que cada nação tem seu território específico, uma sociedade que alcança a unidade por milhares de vínculos intelectuais e de interesses, se constitui em um todo independente, que reconhece a lei do direito para si mesma, e em caráter de unidade se opõe ainda a outras sociedades de tipo similar. Por conseguinte, nas atuais

condições do mundo, só pode manter sua existência própria e sua autonomia por meio de sua própria força e de seus próprios recursos. O processo de civilização da espécie humana só é concebível e possível pelo desenvolvimento de diversas nações (LIST 1983; 2009).

A nação é uma sociedade separada de indivíduos que, contando com um governo, leis, direitos, instituições, interesses, história e glórias em comum, defesa comum e segurança dos direitos, riquezas e vidas, constitui um corpo livre e independente, com o fim de criar a maior quantidade de bem-estar comum no seu interior e a maior quantidade de segurança no que se refere às outras nações. Neste caso, é relevante salientar que as nações são tão distintas quanto os indivíduos, como existem gigantes e anões, existem jovens e velhos, pessoas aleijadas e bem constituídas, existem nações empreendedoras e civilizadas, algumas escravas, outras semiescravas, outras livres e autogovernadas, algumas são predominantes entre as outras nações e algumas que vivem mais ou menos em um estado de dependência (LIST, 2009, p.95).

De acordo com List (1983, p.96), o estado das coisas sob as quais o livre comércio irrestrito poderia existir não é uma situação real do mundo enquanto existir a divisão da raça humana em nações independentes. A realidade evidencia que a Economia Política estaria com a mesma discrepância em relação aos princípios da Economia Cosmopolita como a Economia Individual entra em discrepância com a Economia Política. No estado das coisas que List (1983, 2009) percebeu nos países de sua época, uma nação não agiria com lucidez se empenhasse sua capacidade produtiva e seu poder em promover o bem-estar de toda a raça humana à custa das suas próprias forças, bem-estar e independência particular. Para List (2009, p.126), é uma questão de autopreservação nacional fazer políticas para o seu progresso nacional particular.

Para List (1983, p. 93), os exemplos nacionais descritos, inicialmente mostraram que foi a união política que direcionou as nações e que a união comercial veio subsequentemente. O resultado da liberdade geral não seria uma república mundial geral, mas uma sujeição das nações menos adiantadas à supremacia da potência industrial e comercial. O sistema protecionista em certa medida é o que coloca uma paridade entre as nações atrasadas com a nação predominante. Esse sistema protecionista considerado sob esse ponto de vista, apresenta-se como o meio mais eficiente para fomentar a união final das nações e, portanto, também para promover a verdadeira liberdade de comércio. Sob esse aspecto, a Economia Política Nacional é a ciência que vem avaliando corretamente os interesses existentes e as circunstâncias específicas das nações, ensinando como cada nação individual pode chegar

aquele estágio de desenvolvimento com as nações igualmente desenvolvidas e, conseqüentemente, alcançando a liberdade do comércio.

List (1983, p. 283) descreve se há uma nação que tem direito de esperar os ricos resultados de um sistema protecionista adaptado as suas circunstâncias, a favor do progresso de suas manufaturas nacionais, do aumento de seu comércio exterior e de sua navegação, do aperfeiçoamento de seus meios internos de transporte, da prosperidade da agricultura, bem como da manutenção de sua independência e do aumento do poder no exterior, essa nação é a Alemanha. Foi pelo *Zollverein* que a nação alemã conseguiu pela primeira vez um dos mais importantes atributos da nacionalidade. Todavia, essa providência não pode ser considerada completa enquanto não abranger o território inteiro, desde o delta do Reno até as fronteiras da Polônia, incluindo a Holanda e a Dinamarca.

List (1983, p. 183) ressalta se a ideia de “curso natural dos acontecimentos” vigorasse, no plano internacional teria que se observar uma fluidez equivalente ao que acontece no intercâmbio interno de uma nação, no qual ocorrem trocas comerciais de cidade para cidade, de região para região. Porém, o livre comércio interno às nações instalou-se entre vários Estados da Federação norte-americana ou entre os vários Estados da *Zollverein*, ou dentro da Grã-Bretanha – a união entre Inglaterra, Escócia e Irlanda -, após esforços para a unificação política e a regulação comercial por medidas e leis do Estado. Se no plano interno das nações não existiu tendência natural ao livre comércio, por que esperar sua existência no plano internacional? Se tal união existisse entre os vários Estados e nações do mundo, seria consistente o argumento da Economia Cosmopolítica de confiar o problema ao curso natural das coisas e acontecimentos.

### 3.3 AS FORÇAS PRODUTIVAS E O ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO

A abordagem de List (1983, 2009) sobre o conceito de forças produtivas é proposta paralelamente a uma série de informações sobre o processo de desenvolvimento do setor industrial, comercial e agrícola das diversas nações por ele estudada. O autor considerava que deveria haver uma consonância entre o capital mental, capital natural e capital material para aumentar as forças produtivas das nações. Ademais, List diverge a alguns clássicos sobre o conceito de forças produtivas. Ao aterem-se ao valor de troca comercial das mercadorias, não perceberam a criação de novas forças produtivas nas manufaturas.

*“Since it did not recognize the difference between productive power and mere values of exchange, not investigate the former independently of the latter, but subordinated it to the theory of values of exchange, it was impossible for that school to arrive at the perception how greatly the nature of the agricultural productive power differs from the nature of the manufacturing productive power. It does not discern that through the development of a manufacturing industry in an agricultural nation a mass of mental and bodily powers, of natural powers and natural resources, and of instrumental powers too (which latter the prevailing school terms 'capital'), is brought to bear, and brought into use, which had not previously been active, and would never have come into activity but for the formation and development of an internal manufacturing power; it imagines that by the establishment of manufacturing industry these forces must be taken away from agriculture, and transferred to manufacture, where as the latter to a great extent is a perfectly new and additional power, which, very far indeed from increasing at the expense of the agricultural interest, is often the means of helping that interest to attain a higher degree of prosperity and development( LIST, p.84, 1848)”.*

List (1983, p.99) afirma que Smith discerniu parcialmente sobre a natureza de todos os setores e forças, que não atribuiu um caráter produtivo ao trabalho intelectual daqueles que mantêm as leis e a ordem, e cultivam e promovem a instrução, a realidade, a religião, a ciência e a arte. As investigações de Smith se restringem as atividades humana que geram valores materiais.

*“However, we on our part believe ourselves able to prove that just this zeal to put the important discovery 'division of labor' in an advantageous light, has hindered Adam Smith from following up the idea 'productive power' (which has been expressed by him in the introduction, and al so frequently afterwards, although merely incidentally) and from exhibiting his doctrines in a much more perfect form. By the great value which he attached to his Idea 'division of labor' he has evidently been misled into representing labor itself as the 'fund' of all the wealth of nations, although he himself clearly perceives and also states that the productiveness of labor principally depends on the degree of skill and judgment with which the labor is performed” (LIST, 1848 p. 77.)*

E neste sentido a sua doutrina se afunda no materialismo, no particularismo e no individualismo. Se Smith tivesse seguido a ideia de força produtiva sem deixar que sua mente fosse dominada pela ideia de “valor” e “valor de troca” teria levado a perceber os fenômenos da economia é considerado além da *teoria dos valores*, uma teoria independente da força produtiva. Desta maneira Smith precipitou-se no erro de explicar as forças mentais a partir das circunstâncias e condições materiais (LIST, 1983, p. 99).

Todo indivíduo empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. Todavia, a procura de sua própria vantagem individual natural ou, antes, quase necessariamente, leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta as maiores vantagens para a sociedade. Todo indivíduo procura empregar

seu capital tão próximo de sua residência quanto possível e, conseqüentemente na medida do possível, no apoio e fomento à atividade nacional, desde que tal aplicação sempre lhe permita auferir o lucro normal do capital, ou ao menos um lucro que não esteja muito abaixo disso. Todo indivíduo que emprega seu capital no fomento da atividade interna necessariamente procura com isso dirigir essa atividade de tal forma que sua produção tenha o máximo valor possível (SMITH, 1996, p. 435).

Para Smith (1996, p.437), o produto da atividade é aquilo que acrescenta ao objeto ou as matérias-primas aos quais é aplicada. Na magnitude em que o valor desse produto for grande ou pequeno, da mesma forma o serão os lucros do empregador. Mas, se alguém emprega um capital para fomentar a atividade, assim o faz exclusivamente em função do lucro; conseqüentemente, sempre se empenhará no sentido de aplicar esse capital no fomento daquela atividade cujo produto é suscetível de atingir o valor máximo, isto é, daquele produto que possa ser trocado pela quantidade máxima de dinheiro ou de outras mercadorias.

Contrapondo esse aspecto de Smith, List (1983, 2009) reitera que as forças mentais dependem das circunstâncias ambientais, tais como: a educação do indivíduo, a prosperidade das ciências e das artes a que ele tem acesso, a articulação das leis e instituições públicas que condicionam a produção e o comércio, a liberdade e a justiça no âmbito nacional. As forças mentais capacitam os indivíduos não somente a utilizarem as forças naturais de seu próprio país em sua plenitude, mas também, por meio do comércio exterior e pela posse das colônias, tornar as forças naturais dos países estrangeiros úteis a seus próprios interesses. Forças mentais e naturais são combinadas para a obtenção da prosperidade material na agricultura, na indústria e no comércio. É importante que o poder da nação seja suficientemente forte para assegurar aos seus cidadãos individualmente o progresso na riqueza e educação de uma geração para outra.

Para List (1983, p. 153), a nação deriva sua *força produtiva* das forças físicas e mentais dos indivíduos, das suas condições e instituições sociais, municipais e políticas, dos recursos naturais que se dispõe, ou dos instrumentos que possui, tais como os produtos materiais de atividades intelectuais e corporais anteriores (capital material, agrícola, manufatureiro e comercial). “A maior parte da força produtiva consiste das condições sociais e intelectuais dos indivíduos, o que eu chamo de capital da mente” (LIST, 2009, p. 110).

List (1983, p. 101) ainda ressalta que o atual estado das nações é o resultado de todas as descobertas, invenções, melhorias, aperfeiçoamentos, e atividades de todas as gerações anteriores que constituem o *capital mental* da humanidade atual, e cada nação é produtiva somente na proporção em que souber apropriar-se dessas conquistas das gerações anteriores

as fazer crescerem por seus próprios recursos, na medida em que as potencialidades naturais de seu território, sua posição geográfica, sua população, seu poder político forem capazes de desenvolver, da maneira mais completa e regular possível, todas as fontes de riqueza dentro de suas fronteiras, e estender sua influencia moral, intelectual, comercial e política sobre as nações menos adiantadas e especialmente sobre os negócios mundiais.

De acordo com List (1983, p.109), o aumento das forças de produção em consequência da divisão das ocupações e da cooperação das forças dos indivíduos começa na manufatura isolada e se estende à nação inteira. A manufatura evolui na magnitude em que as operações comerciais são divididas, seja como, na união dos operários e na cooperação de cada objetivo em comum.

As forças produtivas na agrícola aumentam quando são interligadas a capacidade manufatureira. Na proporção em que a atividade manufatureira for desenvolvida, também se desenvolverão as operações comerciais e a produtividade na agricultura, atingindo o mais alto estágio de perfeição. Por conseguinte, possuirá mais força produtiva, e conseqüentemente será mais rica a nação que tiver cultivado a atividade manufatureira em todos os setores dentro do seu território (LIST, 1983).

Para List (1983, p. 110), com um desenvolvimento normal das forças produtivas do Estado, a maior parte da população de uma nação agrícola - tão logo tiver atingido certo grau de cultura-, deve se transferir para atividade manufatureira, e o excedente de produtos agrícolas deve em parte servir para fornecer à população manufatureira os gêneros e os bens manufaturados intermediários e de capital, como os utensílios de que necessitam para o aumento da própria produção e as máquinas. Se esse estado das coisas se implantar no momento adequado, tanto na força agrícola quanto na força produtiva industrial aumentarão reciprocamente.

*“The productive power of the cultivator and of the laborers in agriculture will always be greater or smaller according to the degree in which the exchange of agricultural produce for manufactures and other products of various kinds can proceed more or less readily. That in this respect the foreign trade of any nation which is but little advanced can prove in the highest degree beneficial, we have shown in another chapter by the example of England. But a nation which has already made considerable advances in civilization, in possession of capital, and in population, will find the development of a manufacturing power of its own infinitely more beneficial to its agriculture than the most flourishing foreign trade can be without such manufactures, because it thereby secures itself against all fluctuations to which it may be exposed by war, by foreign restrictions on trade, and by commercial crises, because it thereby saves the greatest part of the costs of transport and commercial charges incurred in exporting its own products and in importing manufactured articles, because it derives the greatest advantages from the improvements in transport which are called into existence by its own*

*manufacturing industry, while from the same cause a mass of personal and natural powers hitherto unemployed will be developed” (LIST, 1848, p. 89).*

Para List (1983, p. 110), o intercâmbio recíproco entre o poderio manufatureiro e o poderio agrícola aumenta quando o agricultor e o manufaturador estiverem próximo um do outro e quanto menos eles são susceptíveis de serem interrompidos na troca de seus diversos produtos por acidentes de todos os tipos. Para o autor, os autores clássicos<sup>21</sup> na medida em que não consideram devidamente a natureza das forças produtivas, desconsideram as condições das nações em seu conjunto e a importância de desenvolver em proporção igual a agricultura, as manufaturas e o comércio, menosprezando principalmente o valor de um poderio manufatureiro pertencente a própria nação e plenamente desenvolvido em todos os seus setores. Ademais, falham em considerar o trabalho, as forças naturais e o capital em termos gerais, sem distingui-los.

*“Certainly those who fatten pigs or prepare pills are productive, but the instructors of youths and of adults, virtuosos, musicians, physicians, judges, and administrators, are productive in a much higher degree. The former produce values of exchange, and the latter productive powers, some by enabling the future generation to become producers, others by furthering the morality and religious character of the present generation, a third by ennobling and raising the powers of the human mind, a fourth by preserving the productive powers of his patients, a fifth by rendering human rights and justice secure, a sixth by constituting and protecting public security, a seventh by his art and by the enjoyment which it occasions fitting men the better to produce values of exchange. In the doctrine of mere values, these producers of the productive powers can of course only be taken into consideration so far as their services are rewarded by values of exchange; and this manner of regarding their services may in some instances have its practical use, as e.g. in the doctrine of public taxes, inasmuch as these have to be satisfied by values of exchange. But whenever our consideration is given to the nation (as a whole and in its international relations) it is utterly insufficient, and leads to a series of narrow-minded and false views (LIST, 1848, p. 82)”*

As nações devem deixar um pouco de lado a prosperidade material, para adquirir cultura, habilidade profissional e forças de produção, deve sacrificar algumas vantagens atuais para assegurar para si vantagens futuras (LIST, 1983).

Para List (1983, p. 139), as manufaturas são de imediato o fruto, e simultaneamente os alicerces, e as protetoras da ciência e das artes. Observa-se que na agricultura primitiva necessitava muito pouco das ciências e das artes, há pouca necessidade de ciência e arte para a fabricação dos instrumentos rudimentares utilizados a ela. A agricultura inicialmente, cedendo suas rendas, tornou possível para as pessoas dedicarem-se a ciência e às artes, todavia sem manufaturas, esse patrimônio científico e artístico permaneceu sempre um tesouro particular,

---

<sup>21</sup> Smith e Say, principalmente.

pouco beneficiando a população. Nas nações manufatureiras, o trabalho dos indivíduos é concebido pela ciência, e as ciências e as artes são estimuladas pela indústria formada por indivíduos. Há pouca manufatura que não tem relações com a física, mecânica, química, matemática, ou a arte do desenho. Todo progresso, descobertas e invenções cometidas na área dessas ciências aperfeiçoam e/ou alteram centenas de atividades e processos.

Nas nações manufatureiras as ciências e as artes tornam-se populares. A necessidade de educação e de instrução conduzem os indivíduos de talentos notáveis a dedicar-se ao ensino e a autoria de investigações científicas. A competição de tais talentos, devido à grande demanda por seus esforços, gera tanto uma divisão e cooperação da atividade científica, que tem uma influência mais benéfica não apenas sobre a evolução futura da própria ciência, mas também sobre a continuação da perfeição de as artes e de indústrias. Os efeitos dessas melhorias são depois propagados até mesmo para a agricultura. Em nenhum lugar poderá ser encontrado máquinas e implementos agrícolas mais perfeitos como em países onde a indústria floresce. Sob a influência da manufatura, a própria agricultura é elevada a uma indústria especializada, uma arte, uma ciência (LIST, 1983, p.139).

Conforme List (1983, p. 139), a força da maquinaria, aliada à perfeição dos meios de transporte, confere ao Estado manufatureiro uma superioridade imensa em relação ao Estado agrícola. Certamente, só se podem construir canais, ferrovias, navios utilizando o potencial manufatureiro.

List (1983, p. 140) ressalta que em uma puramente agrícola, no qual cada um produz para si mesmo maior parte do que se produz, onde os indivíduos entre si só podem ter um reduzido transporte de bens e de passageiros, é pouco provável haver transporte suficientemente grande de bens ou passageiros que justifique os custos de instalações e manutenção de transporte. Ademais, a manufatura age beneficemente no desenvolvimento das forças intelectuais da nação, da mesma forma estas atuam no desenvolvimento da força física do trabalho, proporcionando aos trabalhadores meios de diversões, estímulos para exercerem suas faculdades e oportunidades para a utilização delas.

Para List (1986, p. 97), a força produtiva não deve ser confundida com a riqueza acumulada, pois, antes de tudo, ela se constitui na capacidade de criar riqueza.

### 3.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

List (1983, 2009) expressa mais de uma vez em seus trabalhos que, em linhas gerais, concorda com a teoria de Smith. Em um plano analítico amplo e abstrato, a especialização

produtiva das nações segundo suas vantagens comparativas elevaria o bem-estar da comunidade internacional. O nível global de produção e consumo alcançaria padrões mais elevados. Porém, segundo List (1983, 2009), há uma suposição implícita ao argumento de Smith (1996). Ela é revelada quando se reduz o nível de análise e se concentra a atenção na economia política nacional.

Para List (1983), as nações dotadas pela Natureza de todos os recursos necessários para atingirem o mais alto grau de riqueza e poder, podem e devem passar por estágios de desenvolvimento. O primeiro estágio adotaria o livre comércio com nações mais adiantadas como meio de saírem elas mesmas de estado de barbárie e para fazerem progresso na agricultura. No segundo estágio, as nações promoveriam o crescimento das manufaturas, da pesca, da navegação e do comércio exterior, adotando restrições às importações que concorressem com suas próprias manufaturas. No terceiro estágio, após atingirem o mais alto grau de riqueza e poder, retornariam gradualmente ao princípio do mercado internacional, de maneira que seus agricultores, comerciantes e manufatores pudessem ser preservados da indolência e estimulados a conservar a supremacia que adquiriram. Na perspectiva do autor, a Alemanha e os Estados Unidos apresentariam as características do segundo estágio e a Inglaterra do terceiro estágio.

Cabe ressaltar que, apesar de explanar os estágios de desenvolvimento das nações, List (1983, 2009) não vê a evolução ao longo dos estágios como garantida. É necessária uma coesão nacional e grandes esforços políticos e econômicos para impelir o aumento de riqueza e de poder nacional. Ocorre uma distinção entre a estrutura social e econômica de cada nação, conforme o estágio no qual se encontra e conforme sua história política e econômica. Da aferição do estágio de desenvolvimento nacional depende a rota a ser seguida para promover o desenvolvimento da agricultura, da manufatura e do comércio.

A Economia Cosmopolítica seria o plano analítico mundial no qual o livre comércio seria benéfico a todas as nações. Na perspectiva de List (1983, 2009), era um plano relevante desde que vigorasse a suposição subjacente de que as nações em interações comerciais estivessem no mesmo grau de desenvolvimento de suas forças produtivas. Isto implicaria que os produtos trocados teriam repercussões de geração de renda equivalentes em cada território político no qual eram produzidos. E, apreende-se do pensamento do germânico, a produção de itens de elevado valor agregado ocorreria nos setores de transformação industrial, justamente aqueles que implicam encadeamentos produtivos mais sofisticados e que fomentam, para sua obtenção, habilidades intelectuais mais sofisticadas nas pessoas que participam da produção das mercadorias.

No entanto, como visto no capítulo anterior, o plano das economias nacionais reais revelava disparidades significativas na organização produtiva entre nações. A Alemanha e os Estados Unidos ao início dos anos de 1900 enfrentavam dificuldades para estabelecer e consolidar sua indústria de transformação. A especialização “natural” de acordo com as vantagens comparativas da época implicaria que os Estados Unidos se especializariam na exportação de algodão e cereais, a Alemanha também em cereais e lã; já a Inglaterra exportaria manufaturados. A repercussão de renda interna em cada nação, e de capacidade de acumulação nacional e reinvestimento, decorrente desta especialização internacional perpetuaria e aumentaria a riqueza e o poder relativo da Inglaterra frente às demais nações.

List (1983, 2009) não vislumbrava qualquer tendência natural à equalização do poder e renda entre as nações. Pelo contrário, para ele o plano dos interesses nacionais reais das nações revelava antagonismos e estratégias de superação de outras nações, compreendidas pelos dirigentes econômicos e políticos de cada país como rivais. Logo, políticas de proteção ao mercado interno e de estímulo à indústria nascente nas economias emergentes eram necessárias. Uma abertura comercial e a redução das políticas de fomento à economia nacional compatíveis com uma Economia Cosmopolítica seriam possíveis quando todas as nações estivessem em um grau equivalente de desenvolvimento de suas forças produtivas.

Para List, a economia nacional tem um papel fundamental, pois ela é a ciência política que vem avaliando corretamente os interesses existentes e as circunstâncias específicas das nações e doutrina como dada nação individual pode chegar a um estágio de desenvolvimento no qual a união com outras nações igualmente desenvolvidas, e conseqüentemente a liberdade do comércio, podem se tornar possíveis e úteis para ela.

Diferente de Smith, List trazia alguns preceitos fundamentais, deixado de lado por Smith, que no futuro poderia fazer parte dessa lei universal. O autor aborda que o sistema da escola popular estava subjacente a um princípio verdadeiro. Entretanto, um princípio que deve ser reconhecido e aplicado pela ciência, se for destinado a iluminar a prática, deve ser real; precisa ser uma ideia que a prática não pode ignorar sob pena de desviar; acontece que a escola deixou de levar em consideração das nacionalidades, seus interesses e condições específicos, e de harmonizar estes com a ideia da união universal e da paz perpetua.

Nessa seção nota-se que List procura apresentar a teoria das produtivas, de um viés diferente das proposições de Smith. List descreveu como os setores: manufatureiro e agrícola em conjunto podem desenvolver as forças produtivas de uma nação, diferenciando de Smith que não agregava os dois setores. List defende o direito das nações de se desenvolverem economicamente, para aumentar a prosperidade e o seu poder político, mas não no sentido de

um nacionalismo destrutivo, que procura enriquecer-se a custa das outras nações, mas sim por meio do desenvolvimento das suas próprias forças produtivas.

Na perspectiva de List, as forças produtivas de uma nação compreendem a capacidade intelectual de seus cidadãos aplicada à exploração de recursos naturais para a obtenção de capital material produtivo que eleve a produtividade dos fatores empregados na geração de renda. A manufatura, por oportunizar a mais profunda divisão e especialização do trabalho, é fundamental na estruturação do capital mental. É na manufatura que está a maior possibilidade de aprendizado produtivo cumulativo; é o aumento de produção manufatureira que incrementa a demanda de matérias-primas agrícolas; são a qualidade e o custo das manufaturas que criam a base para a inserção competitiva em novos mercados internacionais, competências complementadas pelo poderio naval e político da nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho objetivou descrever a trajetória de desenvolvimento de nações importantes na obra de List, acrescentando aos seus relatos as descrições de outros autores. Encontrou-se uma significativa similaridade entre os conteúdos apresentados por List (1983, 2009) e os dos historiadores econômicos posteriores. No entanto, a descrição de List (1983, 2009) é menos detalhada em alguns aspectos do que a produção mais específica dos demais autores.

Entre os complementos aos relatos de List está o que dá conta de que se, por um lado, a Inglaterra procurava limitar o crescimento de outras nações, por outro, era fonte de transbordamento de conhecimentos produtivos e capital, bem como exemplo de sucesso com seu progresso industrial e sua estratégia comercial.

Os dados apresentados por Chang (2004) revelam, para o caso da Alemanha, que a magnitude das tarifas não foi tão importante para o desenvolvimento nacional como supunha List (1983).

A descrição de List (1983, 1986) sobre a evolução agrícola da Alemanha não é claramente referenciada no tempo. Tilly (1978) e Philip (1980) apresentam informações que permitem precisar que a agricultura esteve com sua produção condicionada a normativas feudais, principalmente no oeste da Alemanha, da Idade Média até a metade do século XIX.

Complementarmente, dissertou-se sobre o papel da economia nacional das forças produtivas na obra de List. A economia nacional é fundamental, pois ela é o plano de análise que avalia corretamente os interesses existentes e as circunstâncias específicas das nações. List defende o direito das nações de se desenvolverem economicamente, para aumentar a prosperidade e o seu poder político, mas não no sentido de um nacionalismo destrutivo, que procura enriquecer-se a custa das outras nações, mas sim por meio do desenvolvimento das suas próprias forças produtivas. As forças produtivas de uma nação compreendem a capacidade intelectual de seus cidadãos aplicada à exploração de recursos naturais para a obtenção de capital material produtivo que eleve a produtividade dos fatores empregados na geração de renda.

## REFERÊNCIAS

BUARQUE, C. Apresentação. In: **Sistema Nacional de Economia Política**. Tradução: BARAÚNA, L. 2ª Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1979.

CARRASCO, L. Apresentação. In: **Cartas da economia nacional contra o livre comércio**. Capax Dei, Rio de Janeiro, 2009

CHANG, H. J. Kicking Away the Ladder. **Development Strategy in Historical Perspective**. PO Box 9779, London, 2003.

\_\_\_\_\_. **Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perceptiva histórica**. Tradução: ARAÚJO, L.A.O. Editora UNESP, São Paulo, 2004.

COSTA, F. N. **Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo**. Texto para discussão. IE/Unicamp. Campinas, São Paulo. n. 205. 2012.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. 3ª Ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1994.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª Ed. Atlas, São Paulo, 2010.

FREEMAN, C. **A economia da inovação industrial**. Tradução: CAMPOS, A.L.S; COSTA, O.P. Ed. Unicamp, São Paulo, 2008.

FONSECA, P.C. D. **O pensamento econômico alemão no século 19**. Publicado no livro: HELFER, Inácio (org.) Os pensadores alemães dos séculos XIX e XX. EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2000. p. 9-19.

FULLBROOK, M. **História Concisa da Alemanha**. Tradução; DUARTE, B. Ed. EDIPRO, São Paulo, 2012. (Série história das nações).

HAMILTON, A. **Relatório sobre manufaturas**. In: Cartas da economia nacional contra o livre comércio. Tradução: GRUNEWALDT, V; LINO, G.L; RODRIGUES, J. Capax Dei, Rio de Janeiro, 2009.

HOBBSAWM, Eric. J. **A era do capital 1848-1875**. Tradução: COSTA, L.N. Digitalização: ARGO, 3ª ed. Rio de Janeiro, 1977.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções**. Tradução: TEIXEIRA, M. T. L; PENCHEL, M. Ed. Paz e Terra, 24ª Ed. Rio de Janeiro. 1977.

LIST, G. F. Esboço de Economia Política Americana. . In: Cartas da economia nacional contra o livre comércio. Tradução: GRUNEWALDT, V; LINO, G.L; RODRIGUES, J. Capax Dei, Rio de Janeiro, 2009.

LIST, G. F. **Sistema Nacional de Economia Política**. Tradução: BARAÚNA, L. 2ª ed. Abril Cultural, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_ **Sistema Nacional de Economia Política.** Tradução: BARAÚNA, L. Nova Cultural, São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_ **The National System of Political Economy.** Translate: LLOYD, Sampson S. 2 ed. 1845.

PHILIP, A. L. **História dos factos económicos e sociais.** 2ª Ed. Moraes Editores, Lisboa. 1980.

PADULA, R. Resgatando os pensadores: Friedrich List. **Revista de Economia Heterodoxa.** Nº 8, ano VI, 2007, ISSN 1808-0235 p. 161-180.

PEREIRA, L. M. P.; MENEZES, S. L. Sobre ideias e instituições: A riqueza das nações ou a riqueza da nação? As ideias de Adam Smith e Friedrich List sobre o desenvolvimento do capitalismo. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 30, n.1, 30 set. 2008.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia.** Editora Best Seller. 14ª ed. São Paulo. 2004.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações. A investigação sobre sua natureza e suas causas.** Tradução: BARAÚNA, J.B. Ed. Nova Cultural. V.1. São Paulo. 1996

SUZIGAN, Wilson. A experiência histórica de política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política.** Vol.16, nº 1, 1996.

TILLY, R. H. T. **The Cambridge Economic History of Europe;** Capital Formation in Germany in the Nineteenth Century. Ch. 3. Cambridge University Press, USA. 1978.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: Uma Visão Histórica.** Estudos Rurais. Ed. HUCITEC. S.P. 1991

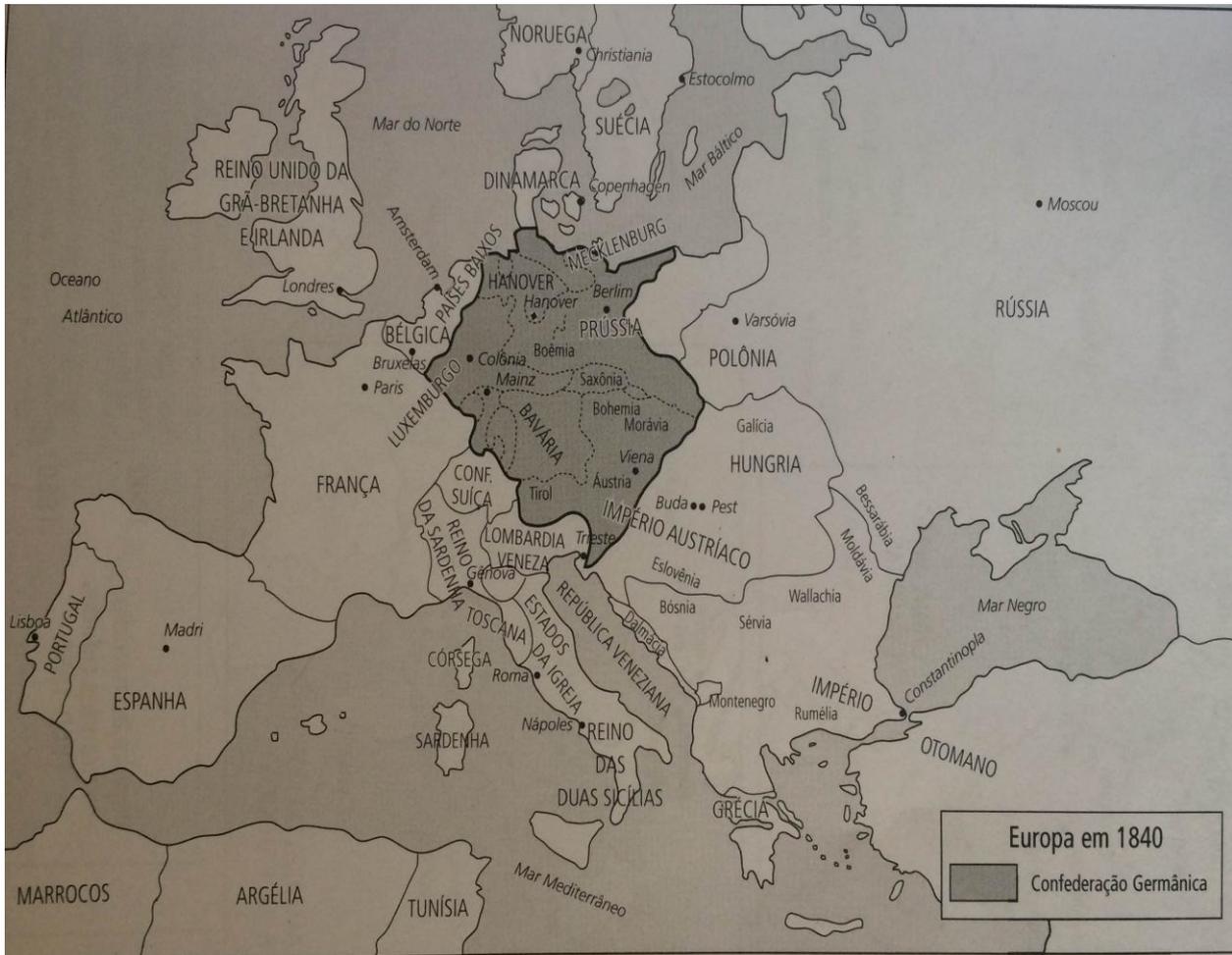


## APÊNDICE A - EUROPA 1789 - REINO DA PRÚSSIA



Fonte: Hobsbawm, 1977. A era das evoluções. p. 424.

## APÊNDICE B – EUROPA 1840 – CONFEDERAÇÃO GERMÂNICA



Fonte: Hobsbawm, 1977. A era das evoluções. p. 426.